



# Anais da Assembléia

Nº 55

CURITIBA QUARTA-FEIRA, EM 28 DE MAIO DE 1980

ANO VI

## 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.<sup>a</sup> LEGISLATURA

### ATA DA 53.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 1980

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga  
Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Renato Bernardi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, Gilberto Agibert Filho, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Ofícios:

Sob os números 64, 65, 66 e 67/80, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei números:

139/79:

Do Senhor Deputado FUAD NACLI, que cria o Município de JESUÍTAS, com território desmembrado do Município de FORMOSA e divisas constantes do atual Distrito Judiciário. — Anote-se. Arquite-se.

209/79:

Do Senhor Deputado AIRTON CORDEIRO, que cria o Distrito Administrativo de CACHOEIRA no Município de SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, com sede e divisas que especifica. Anote-se. Arquite-se.

127/79:

Do Senhor Deputado FUAD NACLI, que cria o Município de TRÊS BARRAS, com território desmembrado do Município de CATANDUVAS e divisas que especifica. — Anote-se. Arquite-se.

207/79:

Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa um terreno rural de propriedade do Estado, situado em UVARANAS, Município de Ponta Grossa, com área e

demais características que especifica. — Anote-se. Arquite-se.

### TELEX:

Nos seguintes termos:

APRAZ ME COMUNICAR VOSSÊNCIA QUE REQUERIMENTO DESSA EGREGIA ASSEMBLÉIA PELA CONCESSÃO QUOTAS TRIGO PARA MOAGEM NA REGIAO OESTE DESSE ESTADO VG ATEH NIVEL CONSUMO REGIONAL VG FOI ENCAMINHADO SECRETARIA PLANEJAMENTO PRESIDENCIA REPUBLICA AA QUAL SUNAB FOI VINCULADA RECENTEMENTE PT CDS SDS

ANGELO AMAURY STABILE — MINISTRO AGRICULTURA PT. — Ciente. Arquite-se.

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Francisca Guerchewski ocorrido em data de 27 do corrente mês, no Município de Campo Largo.

REQUER, outrossim, aprovado o presente, seja dado conhecimento da decisão da Casa à família enlutada na Rua Centenário n.º 1833 em Campo Largo.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1980

(a) CARLOS ZANLORENZI.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça constar da ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pelo transcurso de mais um aniversário de circulação do semanário católico "Voz do Paraná".

O primeiro número do semanário "Voz do Paraná" circulou no dia 26 de maio de 1956, sendo na época o órgão da Arquidiocese e representava uma aspiração do então arcebispo de Curitiba D. Manuel da Silveira D'Elboux.

Não obstante dirigido por um grupo de leigos, a partir de 1970, a Voz do Paraná manteve a sua linha de orientação católica, seguindo os ensinamentos da Igreja e a orientação do Papa.

Na passagem de mais um aniversário de circulação, solicitamos este registro, destacando o extraordinário trabalho de seu diretor responsável Dr. Roaldo Amudsen Koehler.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1980.

(a) DÁCIO LEONEL.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata da sessão de hoje, um voto de congratulações à Igreja do Evangelho Quadrangular - Cruzada Nacional de Evangelização, pela passagem do 25.<sup>o</sup> aniversário de atuação em nosso Estado.

Iniciada pelos Reverendos Júlio Rosa e Mariano Rodrigues de Castro em Curitiba, a obra que desenvolve a exemplar organização - com a participação de centenas de pastores e obreiros licenciados e milhares de membros - muito tem con-

tribuído para o soerguimento espiritual e moral da sociedade paranaense.

REQUER, ainda, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa aos Reverendos George Faulkner - Presidente Nacional da Igreja homenageada, Dr. Jaime Paliarin - Secretário Executivo e Eduardo Zdrojewski - Superintendente Regional de Curitiba.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1980  
(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, Haroldo Ferreira Dias, apelando para que seja montado um esquema de policiamento preventivo junto às escolas, em Curitiba, principalmente os situados nos bairros.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1980.  
(a) JOSÉ DOMINGOS.

#### JUSTIFICATIVA:

Este policiamento se faz necessário ante as constantes investidas de elementos estranhos aos estabelecimentos escolares, principalmente, os situados em bairros mais afastados do centro da cidade.

Ele se limitaria a prestar atendimento tão somente por ocasião dos horários de aulas, prevenindo a presença desses elementos estranhos, na maioria das vezes, desocupados à procura de vítimas que tanto podem ser alunos, como professores.

Já nos chegaram às mãos, denúncias da presença de traficantes de drogas; denúncias dando conta de que garotas são ameaçadas em suas integridades físicas; denúncias de ameaças contra diretores e professores de determinados estabelecimentos.

A razão maior deste nosso apelo ao Sr. Secretário da Segurança Pública é dar maior tranquilidade a diretores, professores e alunos desses estabelecimentos escolares.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública, Coronel Haroldo Ferreira Dias, no sentido de que determine ao órgão competente as providências que se fizerem necessárias para coibir os abusos que vêm se verificando quando da realização de "BAILES PÚBLICOS", na Sociedade Beneficente e Recreativa Vila Santo Antonio, conhecida como Sociedade do Padre, na Vila Santo Antonio, no bairro do Pinheirinho, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1980  
(a) JOSÉ DOMINGOS.

#### JUSTIFICATIVA:

Moradores da mencionada Vila, bem como de outras adjacentes não suportam mais as confusões que se verificam na Sociedade Beneficente e Recreativa Vila Santo Antônio.

São normais às saídas dos bailes as cenas de violência, com brigas, agressões, algumas seguidas de tiros, facadas, e utilização de diferentes tipos de arma.

Cenas atentatórias à moral e à descência.

Palavrões ditos em altos brados.

Proprietários de moradias e estabelecimentos comerciais, têm seus domicílios danificados.

Enfim, deturpação completa do uso concedido, com

poluição sonora, visual, tiros, facadas, brigas, palavrões, pessoas supeitas que freqüentam o ambiente, local impróprio para a instalação do estabelecimento e outros sérios problemas.

O desrespeito ao "SOSSEGO PÚBLICO", é geral. Para melhor comprovação do exposto segue em anexo um abaixo assinado de moradores das proximidades da dita "Sociedade", que segundo consta é explorada por um elemento ligado à Polícia Militar do Estado do Paraná.

Os moradores pedem o fechamento em definitivo deste verdadeiro "antro".

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Negócios dos Transportes, no sentido de que seja incluída a estrada que liga os Municípios de Formosa do Oeste a Nova Aurora, no Plano Estadual de asfaltamento, que virá proporcionar melhores condições de tráfego para o escoamento da produção daquela rica e progressista região agrícola de nosso Estado.

Sala ds Sessões, em 28 de maio de 1980  
(a) FUAD NACLI.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário do Estado da Segurança Pública, solicitando "pedido de informações" com respeito a morte do jovem José Luis Saldanha, atingido por uma rajada de metralhadora no pátio da Base Aérea do Bacacheri.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1980.  
(a) MÁRIO CELSO.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente "pedido de informações" foi motivado pelas diversas versões do episódio que vitimou o jovem José Luís Saldanha, de apenas 18 anos de idade, e principalmente pela falta de uma posição oficial da Secretaria da Segurança ou do Comando da Base Aérea de Curitiba.

Sabe-se apenas que o jovem foi atingido por vários disparos, que a família da vítima não foi comunicada, que a polícia não teria recebido a comunicação do fato e que sua morte ocorreu na Unidade de Terapia Intensiva do Pronto Socorro do Cajuru.

Pergunto:

1. A Secretaria da Segurança Pública (polícia) tomou conhecimento da ocorrência tão logo o fato aconteceu?
2. Quais foram as medidas policiais tomadas à respeito?
3. Foi realmente rajada de metralhadora contra o corpo do jovem?
4. Se positiva a resposta, quem foi o autor?
5. Se negativa a resposta, o que de verdade ocorreu no episódio?
6. Foi solicitado sigilo neste caso por parte interessada?
7. Se a resposta for positiva, quem pediu o sigilo e porque?
8. Se a resposta for negativa, porque a Delegacia de Homicídios negou informações à imprensa?
9. Por qual Distrito Policial ou Delegacia correrá o inquérito?

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Considerando que há na Lei Complementar número 7, de 22 de dezembro de 1976, em seus apêndices de classificação de Cargos de Especialista, previsão para mais um Inspetor Regional - um em primeiro - e um em segundo graus, totalizando 60 (sessenta) de cada nível para a SEDE do Estado do Paraná;

- Considerando que o Município de IBIPORÃ, de extraordinário progresso, pertence a 18a. Inspeção Regional de Ensino, com sede em Londrina, que conta com número demasiado de escolas e colégios na cidade e nos distritos;

- Considerando que a criação de uma Inspeção Regional de Ensino com sede na Cidade de IBIPORÃ, poderá atender de um modo mais próximo, real e imediato alguns municípios vizinhos ora pertencentes a outras Inspetorias;

- Considerando que as autoridades e comunidade de IBIPORÃ emprestarão todo o apoio necessário para sediarem a 60a. Inspeção Regional de Ensino;

- Considerando ainda vários outros motivos, todos eles calcados em melhor atendimento ao setor educacional;

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário desta augusta Casa, REQUER:

O envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Edson Machado, Digníssimo Secretário de Estado da Educação e Cultura, solicitando todo o seu empenho para que seja instalada na importante e promissora Cidade de IBIPORÃ, a 60a. Inspeção Regional de Ensino do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1980

(a) ROSÁRIO PITELLI.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, o envio do presente expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Ney Braga, renovando apelo para que seja determinada a pavimentação asfáltica do acesso de Tamarana, num trajeto de pouco mais de 2 quilômetros.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1980

(a) DÁCIO LEONEL.

#### JUSTIFICATIVA:

Durante muitos anos Tamarana sonhou com a possibilidade de ser integrada à malha estadual, com a pavimentação asfáltica de pouco mais de 2 quilômetros que a separam da PR-445 (Rodovia Celso Garcia Cid).

Quando de sua visita ao Distrito de Tamarana, o então Governador Jayme Canet Jr comprometeu-se a atender duas importantes reivindicações dos seus moradores: a construção de um prédio em alvenaria para a Delegacia de Polícia e a pavimentação asfáltica do acesso da cidade.

Fez construir a Delegacia, não obstante fosse a mesma inaugurada no atual Governo.

Iniciou o serviço de terraplanagem para a pavimentação asfáltica e não obstante pronta a terraplanagem, o asfalto não chegou.

O que o povo de Tamarana continua esperando é que o acalentado sonho do asfalto, que foi iniciado no Governo anterior, tenha prosseguimento.

Para Tamarana não importa quem vá inaugurar o asfalto e muito menos quem possa politicamente dele desfrutar.

O que Tamarana quer é apenas e tão somente ter o direito de ver-se integrada ao resto do Paraná por asfalto, o que na verdade só fará justiça à sua pujança e a extraordinária contribuição que Tamarana tem prestado não só ao Paraná, mas ao Brasil.

O problema, Sr. Governador, não é político, mas humano.

Estamos seguros que o Governo do Estado adotará providências urgentes para a solução de tão importante problema, uma vez que ninguém entende e na verdade nenhuma explicação razoável existe para que, com o novo Governo tenha sido cancelada uma obra já em execução e que incontáveis benefícios iria produzir à população de Tamarana.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Coronel Haroldo Ferreira Dias, Excelentíssimo Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, apresentando a sugestão para que se crie uma CIRETRAN, com sede no Município de Santo Antônio da Platina, jurisdicionando também os Municípios de Jundiá do Sul, Guapirama, Joaquim Távora, Quatiguá, Siqueira Campos e Salto do Itaré.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1980

(aa) PALÁCIO,

GABRIEL MANOEL e

AGUINALDO PEREIRA LIMA.

#### JUSTIFICATIVA:

A apresentação do presente requerimento, se prende ao fato de atender melhor os usuários dos serviços, diminuindo as distâncias de deslocamentos tendo em vista que o município indicado para sede, se encontra mais próximo do que a atual o que ocasionaria custos menores para atender a população que em sua maioria é de baixa renda e contribuiria também com economia de combustível.

Tem ainda, Santo Antônio da Platina, a característica de Centro Comercial do Norte Pioneiro, notadamente no setor de comércio de Automóveis e caminhões, com 6 (seis) agências distribuidoras credenciadas.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, nos termos regimentais, REQUEREM a constituição de uma Comissão Especial composta por 7 membros, para acompanhar os processos indenizatórios que se desenvolvem junto às áreas atingidas por construções de hidrelétricas.

Esta Comissão Especial será destinada a:

- 1.º - Promover o levantamento geral indenizatório já realizado e ainda por se realizar, para a devida aferição diante de omissões e ou injustiças cometidas e registradas pelas partes indenizadas;
- 2.º - Promover o estudo e conseqüentemente o aperfeiçoamento da legislação estadual relacionada ao assunto em questão;
- 3.º - Promover a elaboração de previsão de prejuízos e problemas de ordem social e econômica a serem causadas com a construção de futuras hidrelétricas, hoje, em fase de projeto no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1980

(aa) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - PDS

GERNOTE KIRINUS - PMDB

#### JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação prende-se a uma série de fatos dos quais esta Casa tem conhecimento, bem como das injustiças que vêm sendo cometidas por parte da direção da empresa binacional Itaipu, contra agricultores no tocante ao setor indenizatório.

Diante ainda, de uma série de fatores negativos, principalmente atingindo pequenos e médios agricultores, é que vimos solicitar a constituição de uma Comissão Especial, para

que o problema daqui por diante, seja estudado e mereça realmente um estudo aprofundado sobre tais problemas, para que não hajam injustiças contra aqueles agricultores que perdem suas áreas de terras e ficam sem destino, sendo levados de uma colonizadora para outra e acabando por integrar o pelotão de "bóias-frias", após receberem indenizações irrisórias por suas áreas e sobre as benfeitorias nelas existentes.

Desta maneira, entendemos, poderá haver a formalização de critérios mais justos inclusive para beneficiar também os municípios que perderão valiosas áreas de terras, e conseqüentemente a produção agrícola que nelas eram desenvolvidas.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, novo envio do pronunciamento sobre a Área de Livre Comércio de Produtos Brasileiros em Foz do Iguaçu, proferido em Plenário nesta Assembléia no dia 27 de junho de 1979 às autoridades mencionadas no requerimento aprovado na mesma data.

Além do re-envio da matéria às autoridades citadas, requer também que seja remetido ao Presidente da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu.

Outrossim, para comprovação do recebimento, solicita que a expedição das correspondências aos respectivos destinatários seja feita com Aviso de Recebimento.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1980

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

#### PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 61/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "TEMPLO ESPIRITUALISTA ESTRELA DO ORIENTE", com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1980

(a) ADALBERTO DAROS.

#### JUSTIFICATIVA:

O Templo Espiritualista Estrela do Oriente, fundado nesta Cidade de Curitiba, sito a Rua Pedro Collere n.º 264, preenche as exigências que pede a Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978.

A entidade tem como finalidade ministrar os ensinamentos da lei de Umbanda, promovendo pesquisas, desenvolvimento das leis e vibrações espirituais, sob orientação dos Mestres.

Proporcionar a qualquer irmão, amparo espiritual e moral, dentro do sistema e ordem, especialmente em caso de perturbação espiritual.

Fundar uma biblioteca, Ambulatório, Escola Profissional, Gabinete Médico e Dentário, um Hospital ou serviço de Maternidade e uma casa de campo para repouso.

Diante das fundamentações acima, apresentamos o presente plano de lei à consideração dos nobres Pares, esperando merecer o devido apoio e a final aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 62/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Educandário "MARIANO RODRIGUES DE CASTRO", com sede e foro na Cidade de Araucária.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1980

(a) ADALBERTO DAROS.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

O Educandário citado, é uma entidade de caráter filantrópico, religiosa e cultural, sem fins lucrativos, com sua sede à Rua Benjamin Constant, n.º 721, na Cidade de Araucária e tem como finalidade amparar órfãos ou desamparados de ambos os sexos, sem distinção de nacionalidade, cor ou credo, que não disponham de possibilidade financeira ou condições morais de sobrevivência, educando-os até alcançarem condições de idade.

Isto posto, apresentamos o presente plano de lei, à apreciação dos ilustres Pares, esperando merecer o seu apoio e principalmente a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 63/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "TENDA ESPÍRITA PAI JOÃO D'ANGOLA DE ARUANDA", com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1980.

(a) ADALBERTO DAROS.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

A Tenda Espírita Pai João D'Angelo de Aruanda é uma sociedade civil, religiosa, espiritualista, com personalidade jurídica, filantrópica, de duração indeterminada, tendo como sede e domicílio a Rua Alberto Jorge, n.º 375, no Bairro Barigui, nesta Cidade de Curitiba, tem como finalidade a prática e o estudo da religião Umbanda e do Espiritismo, procurar por todos os meios a exaltação das virtudes e o repúdio aos vícios, respeitar as leis e os poderes constituídos do País, incentivando o espírito cívico e patriótico.

Diante das exposições acima, apresentamos o presente plano de lei, esperando merecer dos nobres Pares o devido apoio e a final aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Há, no serviço público de nosso Estado tantas e tão grandes distorções quanto às existentes em 1960, quando NEY BRAGA assumiu, pela primeira vez, o Governo do Estado do Paraná. O desestímulo ao pessoal do Quadro Efetivo foi incentivo pelo surgimento de alguns setores e categorias novas e o servidor, com mais de vinte anos de dedicados serviços ao Estado, se tornou um estranho dentro da estrutura burocrática inteiramente generosa para com uma plethora de assessores comissionados, funcionários CLT e aqueles que desfrutavam o privilégio de servir às paraestatais.

Sem qualquer critério de justiça na remuneração de vencimentos, embora serviços idênticos, é manifesto o desrespeito à hierarquia por tempo de serviço. A tecnocracia, infelizmente, parece haver também contaminado o serviço

público estadual, gerando situações anômalas que precisam ser corrigidas o mais rapidamente possível, sob pena de se perpetuar um regime de iniquidade que chega a ferir a consciência jurídica.

Na sua primeira e profícua administração, o Governador NEY BRAGA soube impedir que a "Torre de Babel" em que se transformava o serviço público estadual atingisse dimensões incontroláveis.

Graças à ação de Sua Excelência, o Paraná viveu um quadriênio em que o Estado buscou reparar os graves erros acumulados nas administrações anteriores, pródigas em estimular uma política empreguista altamente prejudicial não somente ao Poder Público, mas, sobretudo, aos demais servidores efetivos.

Decorridos 20 anos, quando novamente temos à frente dos destinos paranaenses a respeitável figura de Ney Braga, sentimo-nos encorajados em dirigir ao Chefe do Executivo o nosso apelo para que Sua Excelência encaminhe a esta Casa um Plano de Classificação compatível com os mais elementares princípios de justiça e consentâneo com a grandeza de nosso Estado, ao qual incumbe dar o melhor exemplo como bom e honesto empregador.

Quando o Brasil ingressa numa nova e auspiciosa fase, em que se anuncia, com tanta ênfase, a condenação a todas as formas de retrocesso burocrático que compromete a eficácia da administração pública, também se faz necessário que se devolva ao servidor injustiçado os direitos de que foi expoliado e a dignidade que ele merece ao desempenho de seu cargo.

Fica aqui, Sr. Presidente, o nosso mais veemente apelo ao Sr. Governador NEY BRAGA, certos de que Sua Excelência, pela alta formação que todos sabemos possuir e pela preocupação que sempre devotou aos problemas do funcionalismo público, será sensível a tão importante causa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"No dia 28 de março do ano passado, encaminhávamos ao Sr. Secretário da Segurança, através do Poder Legislativo, expediente apelando no sentido de que se efetuassem urgentes estudos visando implantar em Curitiba um esquema de policiamento preventivo junto às escolas situadas, principalmente nas áreas mais afastadas do centro da cidade, com prioridade para os cursos de período noturno.

Dias antes, éramos alertados quanto à presença de pessoa estranhas junto a determinados estabelecimentos de ensino, fato este que vinha preocupando seriamente a professores e alunos.

Há mais de um ano depois, ao que tudo indica, na área oficial nada se fez para que se atendesse, não apenas um requerimento de um Deputado, mas, principalmente, à reivindicação de uma parcela da população.

Há dias passados fizemos desta tribuna um pronunciamento, publicado pela imprensa de Curitiba, apelando ao Sr. Secretário da Segurança Pública no sentido da implantação de um policiamento preventivo junto às escolas.

É que, de um ano para cá, as coisas mudaram para pior. Traficantes e viciados em drogas estão importunando determinados estabelecimentos de ensino e o que é pior, fazendo ameaças a professores, diretores, alunos e alunas.

A diretora de um destes estabelecimentos de ensino trouxe-nos a denúncia de que fora ameaçada por um desses elementos por ter tomado algumas providências junto à escola, visando alertar quanto à prática, quanto às atividades de traficantes de drogas.

E o que é que as autoridades da segurança pública estão aguardando? Que aconteçam fatos como estão ocorrendo em São Paulo? Lá, existe uma situação mais ou menos idêntica, apenas muito mais grave, havendo em várias escolas, casos de estupro. Em Curitiba ameaças nesse sentido já ocorreram.

Portadores de taras sexuais estão aí, à solta, ameaçando alunos e alunas das escolas.

A imprensa noticiava quase que diariamente registros de estupros e teremos, apenas e tão somente, a lamentar se de um momento para outro algum estabelecimento escolar for envolvido num desses casos, na pessoa de um aluno ou de uma aluna.

Infelizmente, em meio a este episódio, está ocorrendo um fato envolto, até certo ponto, de ineditismo: uns poucos pais de alunos estão acusando a diretora da Escola Nossa Senhora Aparecida por esta situação calamitosa, da falta de segurança de seus alunos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. É de se lastimar que uma diretora de uma escola que abriga mais de quatro mil e quinhentos alunos tenha que ser responsabilizada, por alguns pais de alunos, pela falta de segurança em seu estabelecimento. De que forma pode esta diretora propiciar segurança a mais de quatro mil e quinhentos alunos, alguns dos quais estudam no período noturno? É uma escola localizada na Vila São Pedro, densamente povoada e onde, certamente, proliferam desocupados, assaltantes, traficantes e viciados em drogas. Não pode certamente, esta diretora, nem com o auxílio dos professores propiciar segurança a quatro mil e quinhentos alunos.

Independe dela dar segurança. Providências foram solicitadas e nós as estamos ratificando através do nosso requerimento ao Sr. Secretário Haroldo Ferreira Dias.

O esquema de segurança nas escolas não trará nenhum ônus extraordinário aos cofres públicos. Assim como são escalados guardas de trânsito para determinadas quadras em determinadas horas do dia, da mesma forma policiais militares podem ser destacados para cumprir suas tarefas junto às escolas tão somente nos períodos, nos horários de aulas.

Educação se dá em casa, e instrução na escola.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Volto hoje a focalizar da tribuna desta Casa o problema do tabagismo, sua larga e incontrolada propaganda e os terríveis resultados que tem causado especialmente à juventude brasileira.

Nossa preocupação tem sido a mesma. É uma preocupação voltada para os que não fumam, que nunca fumaram, que desconhecem os resultados maléficos do vício de fumar, mas que estão sendo manipulados por fantasiosas propagandas de televisão.

Graças a tais propagandas, muito bem feitas, cheias de fantasias, mentiras, amor, sexo, e tudo mais que possa enganar, temos notado ultimamente um aumento terrível de fumantes na idade escolar.

A televisão, a serviço das multinacionais, tem divulgado tal tipo de propaganda e com isso tem conseguido aumentar cada vez mais o número de jovens que passam a ser dependentes do tabaco.

Hoje a propaganda das multinacionais conseguiu convencer nossa juventude que fumar é moda, é elegância.

Um ano atrás fiz um pronunciamento nesta Casa sobre este mesmo assunto.

Depois disso houve uma demagógica campanha promovida

pela Secretaria da Saúde, onde o grande objetivo era promover o Secretário da Saúde.

Cansou de dar entrevistas, virar vedete e o resultado prático ninguém viu.

Teria eventualmente o Secretário recebido algum "puxão de orelha" de alguma multinacional?

Naquela oportunidade fazíamos um apelo para que o Governo definisse sua posição, colocando um paradeiro nessa propaganda bombástica e enganosa que as fábricas de cigarros realizam pelas emissoras de televisão, buscando transformar nossa juventude em dependente do cigarro.

Mas o Governo continua indiferente e continuamos, um ano depois, a assistir a mesma propaganda, cheia de fantasias, de mulheres bonitas e de cenas de amor.

Brutal falta de vergonha, como se as vultosas somas que o Governo recebe a título de impostos, fosse mais importante que a saúde de seu povo.

E volto a repetir que o desejo da família brasileira é que o Governo limpe as telas dos televisores dos alcatrões dos cigarros e que o Ministério da Saúde participe desta campanha, fazendo com que a juventude brasileira conheça a verdade sobre o vício de fumar.

E o pior de tudo é que há quem diga que existem multinacionais fazendo pressão no Congresso e que inclusive existem Deputados controlados pelas multinacionais.

É a maior prova de descaramento que se possa imaginar.

E a nossa tristeza amarga no dia de hoje é pelas notícias chegadas de Brasília e divulgadas pela imprensa, cujo texto merece reflexão:—

Por orientação direta do Líder Nelson Marchezan, o PDS evitou ontem, no plenário da Câmara, a aprovação de projeto de lei que proíbe a publicidade de fumo e de bebidas alcoólicas no cinema, em filmes liberados para menores de 18 anos, e no rádio e televisão - entre seis e 23 horas.

E uma das razões alegadas pelo Líder do Governo é que com tal proibição, acabaria a propaganda desses produtos na televisão.

Será que o Sr. Nelson Marchezan e o Governo não sabem que a saúde do povo é muito mais importante do que a saúde das multinacionais?

É incrível que os Deputados do PDS sirvam de verdadeiras "vacas de presépio" até em decisões que agredem a saúde da nossa juventude.

Fica aqui registrado o nosso veemente protesto contra atitudes verdadeiramente desumanas e pelo que sentimos as multinacionais devem estar festejando mais uma vitória e vão continuar destruindo pulmões, enfartando o povo brasileiro, preparando a juventude para viver os grandes males do cigarro e da bebida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa registra a presença em nosso plenário, do Sr. Lourival Domingos Faustino, Vereador de Porto Amazonas.

Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É difícil porque não dizer, impossível testemunhar a minha tristeza de neste momento comparecer à tribuna deste Poder para relatar fatos que causaram estranheza à população da minha região, mais especialmente, do Município de Foz do Iguaçu.

No ano passado, lembro-me como hoje, no dia 27 de junho, apresentei a esta Casa, requerimento de minha autoria e fiz pronunciamento no grande expediente do mesmo dia, defendendo este requerimento que cria em Foz do Iguaçu

uma área de livre comércio para produtos eminentemente brasileiros.

E a Casa tomou suas providências e estranhou-se a população da minha região, quando, na quarta-feira passada, dois cidadãos iguaçuenses, o Sr. Sérgio Lobato da Motta Machado, Presidente da Companhia Melhoramentos Cataratas e o Sr. Acácio Pereira, Secretário Geral da Prefeitura daquela municipalidade, compareciam em mesa redonda, na rádio local, e afirmavam a toda a população de que o Ministro Delfim Neto, do Planejamento, em Buenos Aires, quando da ida de Sua Excelência, o Presidente João Figueiredo àquela Nação, de que nunca recebeu deste Poder, documento nenhum a que este Deputado neste momento se refere.

Pretende com isto, não apenas desmoralizar este Parlamento que fala neste momento e sim, todo o Poder Legislativo, porque demonstraram os cidadãos em mesa redonda, que este Poder não tomou as devidas providências do requerimento que foi aprovado por unanimidade por esta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. É de estranhar ou não a toda uma população, tentar desmoralizar não um Parlamento que, conscientemente, dentro dos meus poucos recursos culturais, mas tenho defendido o meu povo nesta Casa, com brios, nunca jamais tentei denegrir este Parlamento, ou me tornei irresponsável pelas coisas que trago em defesa do meu povo, mas toda a imprensa da minha região e alguns jornais da Capital relatam o fato verídico e comprovando em que esta Casa enviou a documentação e tenho em minhas mãos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ofício do Sr. Presidente Fabiano Braga Côrtes, comunicando-me de que enviou devidamente e em época oportuna, toda a documentação aos Ministérios e a Sua Excelência o Presidente da República e o que é mais grave, o Ministro Delfim Neto, na época, era o dono da Pasta da Agricultura e encontra-se Telex aqui, respondido pelo seu Chefe de Gabinete, comunicando que recebera a documentação e encontra-se em Departamento competente, para estudo da causa, e do Ministério do Interior também, comprova-nos também, através de ofício, que foi encaminhado à SUDESUL, à Superintendência competente da nossa região sul para fazer um estudo mais profundo do nosso pedido, que vem beneficiar não só o município, mas toda uma região e faz-se necessária a minha presença na tribuna para defender e solicitar dos meus companheiros, desta Casa, que aprovelem um requerimento de minha autoria, solicitando o reenvio de toda a documentação enviada na época e desta feita, com "A.R." - para comprovar que os Ministérios receberam e nós na tarde de ontem, encaminhamos ao Sr. Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, um ofício, que gostaria que o Sr. Presidente da Casa, o recebesse como lido para ficar registrado nos Anais deste Poder, de todas as providências. E, quando taxo, o Sr. Sérgio Lobato Machado de megalomaníaco, cínico e sínico e do Sr. Capitão Acácio Pereira como impopular, e prepotente naquela municipalidade e pedindo, ao Sr. Prefeito Municipal que responsabilize os seus assessores por aquilo que falam em nome do município. Porque, mesmo se o Ministro Delfim Neto, fez esta afirmativa, cai por terra as suas palavras, porque há documento comprovando que recebeu. E, nós não estamos aqui, neste Parlamento para brincar e nem tão pouco acreditamos que os Srs. Ministros, não estejam altamente responsabilizados à posição que assumem, para defender e, acima de tudo, estudar os problemas da nossa Pátria.

Sr. Presidente, solicito de Vossa Excelência que considere como lido o nosso ofício n.º 205/80, ao Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu bem como, seus anexos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere o pedido do nobre Deputado.

"Ofício 205/80

Curitiba, 27 de maio de 1980.

Sr. Prefeito.

Ao receber vários telefonemas de companheiros desse município, comunicando-me de uma mesa redonda realizada pela Rádio Cultura e levada ao ar, imediatamente enviei telex à Direção da referida emissora, solicitando o envio da fita gravada, para meu conhecimento.

O assunto em evidência na entrevista da qual tomaram parte Sérgio Lobato da Motta Machado e Acácio Pereira, refere-se a Área de Livre Comércio de Produtos Brasileiros em Foz do Iguaçu, quando declararam os mencionados que teriam mantido contato em Buenos Aires com o Ministro Delfim Neto, quando o mesmo teria afirmado não ter conhecimento de nenhum documento relacionado à referida área de livre comércio.

Em seguida dirigi telex ao seu Assessor Acácio Pereira, que confirmou no próprio telex, novamente a mim devolvido, os termos da gravação.

Ao ouvir a fita, procurei o Presidente deste Poder, Deputado Fabiano Braga Côrtes, que autorizou o Departamento Taquigráfico da Casa a proceder a transcrição da gravação, resultando a matéria que envio anexo.

Também dirigi ao Presidente da Casa ofício interno número 12/80, solicitando comprovação das providências tomadas pelo Poder Legislativo do Estado, por ocasião da apresentação do meu pronunciamento e requerimento a diversas autoridades, inclusive Vossa Excelência, documentos cujas cópias foram fornecidas pela Presidência dessa Casa e seguem anexas.

Na sequência das providências, reuni parte de meu conselho político para analisar o assunto, quando chegamos a algumas conclusões.

1.º - Duvido que os cidadãos referidos tenham efetivamente conversado com o Ministro Delfim Neto sobre a matéria, e na hipótese do diálogo ter-se efetivado, tenho provas que põe por terra a afirmação do próprio Ministro, porquanto possuo em mãos cópia do telex do Ministério da Agricultura, ocupado na época por Delfim Neto, acusando o recebimento do expediente desta Assembléia. Desta forma, não acredito que o Ministro Delfim Neto tenha feito semelhante afirmação.

2.º - Essa entrevista deixa dúvidas quanto a sua espontaneidade e percebe-se com clareza que foi previamente preparada, na tentativa de desmoralizar, não só este Parlamentar, mas todo o Poder Legislativo do Estado.

3.º - Encontra-se vivo em minha mente, e meus arquivos de recortes noticiosos comprovam, que em todas as crises político-administrativas em que Vossa Excelência foi alvo ou envolvido, e sempre geradas por inconseqüências tecno-burocratas de sua assessoria, estive ao seu lado. Não só pelos laços de amizade que nos unem, mas pela sua fecunda e proveitosa administração. Além do mais, pelo trabalho que meu irmão Cleodon Albuquerque sempre desenvolveu pela união das lideranças políticas e comunitárias em torno de seu nome, bem como é verdade que sempre obtive a sua ajuda.

4.º - Em certa altura da entrevista, Acácio Pereira faz uma temerosa e aleivosa afirmação, quando diz o seguinte:—  
“... temos vários, o próprio Prefeito é um homem que tem trânsito livre em todo o Governo Federal, o Gal. Costa Cavalcante poderia nos prestar esta gentileza, e nós mesmos, agora já solicitados pelo próprio Delfim Neto, podemos chegar até a Secretaria do Planejamento, fazendo entrega em mãos desse estudo, para ele analisar e verificar qual a possibilidade de tocar isso. (Sérgio - Até o momento está na estaca zero). Ele disse textualmente: “Nunca ouvi falar de área de livre comércio em Foz do Iguaçu...”

Ora Sr. Prefeito, esquece-se o Capitão Acácio que a maior autoridade Estadual é o Governador Ney Braga, e em seguida apresenta-se o Poder Legislativo, não querendo

com esta observação desconhecer a capacidade e relacionamento do Gal. Costa Cavalcante e de Vossa Excelência perante o Governo Federal.

5.º - Diante das afirmativas e do comportamento megalomaniaco, sádico e cínico de Sérgio Lobato Machado e da constante impopularidade e arrogância do Capitão Acácio, não aceitarei mais as injúrias que há longo tempo vem se verificando.

Se Vossa Excelência não tomar um posicionamento drástico com relação aos dois elementos, coibindo suas ações, que considero como hienas políticas, condicionarme-á a cruzar outros caminhos.

6.º - A Mesa Diretora da Assembléia está tomando as providências necessárias, solicitando aos senhores Ministros informações sobre os estudos relacionados à implantação da Área de Livre Comércio em Foz do Iguaçu. Além do mais, está praticamente definida uma audiência minha com o Ministro Delfim Neto e o Senador José Sarney, Presidente do PDS, na primeira quinzena do próximo mês, quando levarei aos mesmos toda a documentação que Vossa Excelência está recebendo, além de outros que surgirão durante esses dias, inclusive a fita gravada e as notas taquigráficas da mesma, para apreciação das autoridades citadas.

Posteriormente então tomarei posição perante a comunidade iguaçuense, na qualidade de legítimo representante dessa comunidade.

Os documentos que envio seguem devidamente enumerados e relacionados, para sua apreciação e uma avaliação mais profunda dessa questão infundada.

Sem outro particular, no aguardo de manifestação de sua parte, renovo protestos de estima e elevada consideração, subscrevendo-me

atenciosamente,

Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE

1.º Vice-Presidente.”

#### RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS ANEXOS AO OFÍCIO 205/80 ENDEREÇADO AO PREFEITO MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, Eng. CLÓVIS CUNHA VIANA.

- Doc. n.º 01 - Ofício 12/80 Int., deste parlamentar ao Deputado Fabiano Braga Côrtes, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.
- Doc. n.º 02 - Informação do Diretor Administrativo da Assembléia ao Presidente.
- Doc. n.º 03 - Ofício DA/DE/SC/877/80 do Presidente da Assembléia a este Deputado, informando sobre a solicitação do Ofício 12/80.
- Doc. n.º 04 - Ofício 2919/79/DA/DE/SC, de 18 de julho de 1.979, endereçado a Aguiello Fávero Haus, Presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.
- Doc. n.º 06 - Ofício 2918/79/DA/DE/SC, de 18 de julho de 1.979, endereçado ao Ministro da Agricultura, Antônio Delfim Neto.
- Doc. n.º 07 - Ofício 2917/79/DA/DE/SC, de 18 de julho de 1.979, endereçado a Sua Excelência o Governador Ney Braga.
- Doc. n.º 08 - Ofício 2915/79/DA/DE/SC, de 18 de julho de 1.979, endereçado ao Ministro da Indústria e Comércio, João Camilo Penna.
- Doc. n.º 09 - Ofício 2914/79/DA/DE/SC, de 18 de julho de 1.979, endereçado ao Ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen.
- Doc. n.º 10 - Ofício 2913/79/DA/DE/SC, de 18 de julho de 1.979, endereçado ao Ministro do Interior, Mário Andreazza.
- Doc. n.º 11 - Ofício 2912/79/DA/DE/SC, de 18 de julho

- de 1.979, endereçado ao Ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter.
- Doc. n.º 05 - Ofício 2916/DA/DE/SC, de 18 de julho de 1.979, endereçado a Clóvis Cunha Vianna, Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu.
- Doc. n.º 12 - Telex n.º 159, de 11 de julho de 1.979, remetido ao Presidente João Figueiredo.
- Doc. n.º 13 - Contrôlê de arquivamento de telex da Assembleia.
- Doc. n.º 14 - Ofício DA/DE/SC/1360/79, dirigido a este Deputado, enviando cópia de telex do Ministro Delfim Neto.
- Doc. n.º 15 - Relex n.º 004003 do Ministério da Agricultura, acusando o recebimento do ofício 2916 e outro.
- Doc. n.º 16 - Ofício DA/DE/SC/2039/79, de 14 de novembro de 1.979, remetendo cópia de expediente recebido da Secretaria do Ministério do Interior.
- Doc. n.º 17 - Ofício SG 666, do Ministério do Interior, endereçado ao Deputado Fabiano Braga Côrtes, comunicando recebimento do ofício 2913/79.
- Doc. n.º 18 - Ofício n.º 131/79, endereçado ao Senador Affonso Alves de Camargo Neto.
- Doc. n.º 19 - Ofício n.º 138/79, endereçado ao Presidente da Federação das Indústrias do Paraná, Altavir Zaniolo.
- Doc. n.º 20 - Ofício n.º 139/79, endereçado ao Presidente do Sindicato das Indústrias de Serrarias, Tanoarias e Carpintarias de Foz do Iguaçu, Enio Gentil.
- Doc. n.º 21 - Ofício n.º 140/79, endereçado ao Presidente do Sindicato de Hotéis e Similares de Foz do Iguaçu, Santo Salvatti.
- Doc. n.º 22 - Ofício n.º 142/79, endereçado ao Presidente da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu, Fuadem Fakhí.
- Doc. n.º 23 - Ofício n.º 243/79, endereçado ao Prefeito Clóvis Cunha Viana.
- Doc. n.º 24 - Ofício n.º 244/79, endereçado ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Aguinello Favero Haus.
- Doc. n.º 25 - Ofício n.º 245/79, endereçado ao Vereador Evandro Stelle Teixeira.
- Doc. n.º 26 - Ofício n.º 246/79, endereçado ao Vereador João Kuster.
- Doc. n.º 27 - Ofício n.º 247/79, endereçado ao Vereador Alberto Koelbl.
- Doc. n.º 28 - Ofício n.º 248/79, endereçado ao Vereador Aldivo Wegner.
- Doc. n.º 29 - Ofício n.º 249/79, endereçado à Vereadora Zuleide Ruas Lucas.
- Doc. n.º 30 - Ofício n.º 250/79, endereçado ao Presidente do Diretório Municipal da ARENA, Cleon Albuquerque.
- Doc. n.º 31 - Ofício n.º 251/79, endereçado ao Secretário do Diretório Municipal da ARENA, Sadi Carvalho.
- Doc. n.º 32 - Ofício n.º 252/79, endereçado ao Presidente do Sindicato das Indústrias de Serrarias Tanoarias e Carpintarias de Foz do Iguaçu, Enio Gentil.
- Doc. n.º 33 - Ofício n.º 253/79, endereçado ao Presidente do Sindicato de Hotéis e Similares de Foz do Iguaçu, Santo Salvatti.
- Doc. n.º 34 - Ofício n.º 254/79, endereçado ao Presidente da Associação Comercial e Industrial de Foz

do Iguaçu, Fuadem Fakhí.

- Doc. n.º 35 - Correspondência da Rádio Cultura de Foz do Iguaçu, encaminhando a fita gravada.
- Doc. n.º 36 - Notas taquigráficas da fita gravada por ocasião de mesa redonda na Rádio Cultura de Foz do Iguaçu, com a participação de Sérgio Lobato Machado e Acácio Pereira.
- Doc. n.º 37 - Telex enviado ao Capitão Acácio Pereira, com a confirmação de próprio punho da solicitação feita.
- Doc. n.º 38 - Correspondência ao Diretor da Imobiliária Trivelato, Gilberto Trivelato, agradecendo apoio recebido com referência a Área de Livre Comércio.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Temos ouvido os justos reclamos de muitos setores do empresariado brasileiro. Aqui mesmo no Paraná, pela voz representativa da Federação das Indústrias do Estado, acabamos de ler o conjunto de reivindicações que as empresas fazem.

E elas, aqui, apontam a tecnoburocracia como responsável pela grande crise nacional.

Precisamos incorporar os setores das Pequenas e Médias Empresas ao grande movimento democrático brasileiro. E esta é uma tarefa urgente.

Porém, nesse esforço de incorporar é muito necessário esclarecer. Procurar esclarecer os pontos de encontro e os pontos de desencontro entre a luta dos trabalhadores e a dos empresários.

Não acreditamos que sejamos nós que, sozinhos, nem sequer o nosso partido sozinho, que poderá realizar essa tarefa necessária. Podemos contribuir, alertar, debater, e isso já é muito, nestes tempos de grandes dificuldades e confusões.

Dissemos que ouvimos os justos reclamos do empresariado pequeno e médio do Paraná, como expressão das dificuldades nacionais no setor industrial. Não é diferente a situação na agricultura e nos serviços. Todos os empresários pequenos e médios, em qualquer área de atuação no País estão enfrentando grandes dificuldades e a falta de alternativas para planejar e programar suas atividades. Exceto aqueles que conseguiram vincular-se à tecnoburocracia, de tal forma que obtêm favores e contrapartidas de favores; ou, ainda, simplesmente prestam um serviço, mas para conseguí-lo têm que escorregar a propina, favorecer a corrupção, estimular a mordomia escandalosa.

Assim, constata-se que, com raras exceções, a pequena e média empresa brasileira enfrentam dificuldades insuperáveis dentro do modelo econômico e social brasileiro.

As lideranças do empresariado já sabem que a tecnoburocracia é responsável pela falta de racionalidade do nosso sistema econômico. Mas ainda não investigou, talvez, se é possível essa racionalidade, num sistema de desigualdades tão gritantes.

Assim, o empresariado deve também procurar a análise e o debate sobre nosso sistema econômico, social e político.

Já compreende que o monopólio é uma etapa superior e deformada do capitalismo liberal; e que nos países subdesenvolvidos, ou o Estado realiza o monopólio de atividades essenciais ao desenvolvimento e progresso social, ou o delega a grupos internacionais e nacionais, que passam a ser a aristocracia do sistema - aqueles que estão por cima de todos e ainda têm o privilégio de utilizar os serviços do aparelho de Estado

e a própria capitalização intensiva através de recursos públicos amealhados pelo Estado.

É verdade que este é o sonho de todo empresário: confundir-se com o próprio Estado, justificar-se como atividade intermediária dos bens e serviços de que carece a sociedade.

Mas assim como o trabalhador acaba compreendendo que seu salário e seu emprego, mesmo representando uma melhoria em relação a outras condições de vida que conheceu, o faz preso irremediavelmente a uma teia de relações de produção e de dependência que o transforma numa peça de engrenagem; assim também o pequeno e médio empresário - exceto, frise-mos, aqueles que vivem da usura e da especulação e cujo destino final pode até ser glorioso e farto - acabam descobrindo que as falácias do "neocapitalismo" batizado pelo dísptota Ernesto Geisel e seus áulicos é um engodo, uma mistificação para atrair e comprometer o empresariado nacional.

É muito bom que o empresariado pequeno e médio deste País compreenda melhor sua situação e não fique em reclamos esporádicos à espera da oferta de financiamentos por parte do governo, para remediar a sua crise. É oportuno que ele pense também em termos da estrutura econômica, social e política brasileira. E dê adeus aos sonhos que lhe permitiam, muitas vezes, misturar os gastos e a economia faustosa de famílias perdulárias à estrutura e funcionamento de pequenas e médias empresas. Nem sequer, doravante, poderá muitas vezes manter seu padrão de disponibilidades financeiras para o viver descontraído.

Mais importante, ainda, é que o empresariado pequeno e médio passe a tratar a classe trabalhadora como um interlocutor permanente, como um parceiro na produção de riquezas e nos bens sociais que podemos desfrutar melhor.

O tempo de crise ajuda a pensar melhor. As derrotas podem produzir novos caminhos na luta por melhores condições.

O trabalhador e o empresariado nacional, bem como as camadas médias de ocupações várias, ainda têm tarefas econômicas, sociais e políticas neste País. Tarefas muito importantes para o desenvolvimento da Nação; para o progresso social.

O empresariado brasileiro tem uma autocrítica a fazer: desautorizar os grupos de pelegos do patronato que transaram com a ditadura durante todos esses anos, fingindo atuar em nome e em benefício dos mais altos interesses nacionais. E não atuaram sequer no benefício do próprio empresariado pequeno e médio. Porque o resultado aí está; e ele não é um fruto negativo da conjuntura, episódico. É um produto claro do sistema.

E não foram os tecnoburocratas que produziram esses monstros. Apenas deram cumprimento às ordens vindas do patronato internacional e nacional que têm o poder e manipulam o regime. E seus braços foram armados pelo sistema policial-militar repressivo, igualmente organizado pelos grupos no poder.

Os tecnoburocratas representam o engano científico, a mistificação técnica da racionalidade; o braço da burocracia que precisa de teoria, e esquemas e executores.

Essa compreensão de parte do empresariado ainda não ficou muito evidente. E parece que ainda existem ilusões e artifícios. É necessário retificar a linha de conduta do empresário nacional.

Como também é preciso convencer as lideranças resistentes do movimento trabalhista, do grande movimento dos trabalhadores brasileiros, que, apesar da incompreensão de amplos setores do patronato, há muitos pontos comuns ainda que podem confluir suas lutas. A luta pela democracia é do interesse de todas as classes sociais brasileiras, de toda a sociedade; e o teste para saber quais são os fariseus da democracia reside na pergunta: Democracia para todos ou só para alguns? Democracia para o Capital ou também para o Trabalho? De-

mocracia só para a cidade ou também para o campo? Democracia Relativa ou simplesmente Democracia - econômica, social e política.

O patronato brasileiro que se envolveu na aventura do fascismo, especialmente de 1969 a 1978 prestou um desserviço à Nação brasileira. E hoje aqueles que pretendem corrigir os males trazidos pela crise econômica voltando ao passado fazem o mesmo papel negativo na sociedade. Como também o fazem os setores do movimento operário e popular que pretendem antagonizar esses movimentos com todo liberal, com todo empresário.

Consideramos muito justo o discurso dos produtores do Paraná e queremos emprestar-lhes nossa solidariedade. Mas, esperamos que se aprofunde e demonstre intenções muito nítidas, em busca do diálogo e da colaboração, em favor da democracia e por alternativas econômicas, sociais e políticas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao último orador inscrito, Sr. Deputado Cyro Martins.

O SR. CYRO MARTINS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Apresentei no dia 23 de abril último, requerimento para que fossem tomadas medidas acauteladoras para as farmácias, quanto ao fornecimento de medicamentos através de distribuidoras, que retém para si, de dez a vinte por cento dos preços tabelados pelo Conselho Interministerial de Preços.

Colocando-me ao lado dos farmacêuticos e bioquímicos do Paraná, através de sua representação de classe, o Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Paraná, e, com a colaboração do Deputado Federal Alípio Ayres de Carvalho, estamos conseguindo êxito nessa campanha.

Foi iniciada em Ponta Grossa pelos farmacêuticos locais, liderados por Herculano Lisboa, e Félix Maravieski, e que foi assunto de discussão no II Encontro de Farmácia e Bioquímica do Paraná.

Os reflexos nos órgãos ministeriais se fizeram sentir e tenho confiança em solução que venha atender a classe.

No entanto, outro tema de grande e significativa importância para a saúde do povo brasileiro é a venda indiscriminada de medicamentos similares de diversos laboratórios.

"A Organização Mundial da Saúde, recomenda a restrição ao uso de apenas 200 fármacos, na aceção de medicamentos básicos.

A Central de Medicamentos teria limitado o número de fármacos a 300, como sendo, precisamente, os essenciais."

São afirmações do Professor Andreus Korolkovas, doutor em Farmácia e Bioquímica, que participa da CPI das indústrias farmacêuticas na Câmara de Deputados.

No entanto, temos no Brasil cerca de trinta mil nomes de produtos farmacêuticos. O povo vai à Farmácia compra Novalgina hoje, amanhã compra Comel e vai rolando de marca em marca, intoxicando-se de produtos, sem ver a sua cura.

Toma Cebion, depois Redoxon, e depois Cetiva, que são medicamentos com o mesmo poder de cura, com a mesma fórmula, porém com uma diferença - o preço.

O mesmo caso acontece com os antibióticos. O nosso público em razão da automedicação, está utilizando antibióticos com fins a que não se destinam.

O Professor Andreus Korolkovas afirma: — "Quem deve prescrever o medicamento é quem conhece o medicamento; não é qualquer um. É evidente, que o médico conhece os efeitos colaterais que podem advir de uma exata medicação".

É a indústria dos laboratórios.

Têm interesse em vender seus produtos. Fabricam medicamentos com a mesma fórmula de outros já existentes no merca-

do. Fazem o lançamento no mercado, e o nosso público em razão da automedicação e, por insistência da propaganda maciça, passa a usá-los para medicamentos modernos, na natural esperança de obter os resultados pretendidos.

Deve-se, pois, permitir que continuem no mercado, bem como a sua fabricação de medicamentos, que tenham o nome do fármaco, apenas com o nome do laboratório.

Eis porque, Sr. Presidente, estamos apresentando o seguinte requerimento:— (Lê):

“Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado às autoridades abaixo mencionadas:

Excelentíssimo Senhor Doutor Waldyr Arcoverde, Digníssimo Ministro da Saúde;

Excelentíssimo Senhor Doutor Antônio Delfim Neto, Digníssimo Ministro do Planejamento, solicitando, que seja devidamente apreciada a justificativa anexa com respeito à fabricação e entrega ao mercado, indiscriminadamente, de produtos similares, com o mesmo poder de cura e com a mesma fórmula, objetivando exclusivamente concorrência comercial entre os laboratórios e, que vêm em prejuízo da população brasileira. Sugerindo, pois, que somente seja permitido que continuem no mercado, bem como a sua fabricação, os medicamentos que tenham o nome do fármaco, apenas com a indicação do nome do laboratório.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1.980”.

(a) CYRO MARTINS

Deputado Estadual.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Tenho insistido em meus últimos pronunciamentos acerca dos mais diversos assuntos, como de resto também o têm feito diversos políticos de projeção nacional e a própria imprensa deste País, na afirmação de que o que diz o Governo não se pode escrever, porque não merece crédito. Promete a abertura democrática e mantém o estatuto incompatível da lei de Segurança Nacional; fala de liberdades públicas e mantém afiados e lépidos os seus “DOI-CODIs” e os seus “SNIs” que continuam fagueiros, ostentando seus cassetetes, suas bombas de gás lacrimogêneo, seus incontáveis carros com chapas frias, a serviço da repressão; prega a justiça e pratica a injustiça; defende a seriedade como apanágio de sua política administrativa, mas através de seus governadores nomeados, institui comandos políticos espúreos e ilegítimos, aos quais transfere indiretamente a responsabilidade de conduzi-la; sustenta a probidade de seus atos, mas os pratica para dar espaço ao casuísmo ou para coonestar e perpetrar a perseguição.

Talvez esteja aí, talvez resida aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a causa remota, a origem primeira de fatos e de acontecimentos que seguidamente colocam em risco um mandato parlamentar, toda vez que um homem público vai à tribuna e acaba dizendo coisas que no entender dos poderosos não deveria ser dito. E por que o faz? Porque um Deputado, por um imperativo de consciência social e política e pela responsabilidade da representação popular, hoje vem à tribuna para requerer informações; amanhã retorna para denunciar irregularidades; depois de amanhã para apelar e pedir providências, depois para protestar, enquanto a imprensa denuncia, comprova, documenta e, no entanto, o tempo passa sem que a desfaçatez encontre um basta; sem que nenhuma medida saneadora ou restauradora se tome, diante dos

problemas e dos desmandos denunciados. Ora, isso faz com que se chegue a um momento em que o Parlamentar, diante da ineficácia de seus apelos e denúncias face à surdez do Governo, por vezes perca a serenidade e acabe vindo para a tribuna, a única arma que dispõe, para dar nome aos bois e lhes conferir os qualificativos adequados.

Faço estas colocações introdutórias, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não apenas porque trago hoje a esta Casa um fato que indiscutivelmente questiona e coloca em xeque as propostas e propósitos de seriedade política e administrativa do Governo, ou porque se trate de episódio que compromete seriamente as pessoas do Governador Ney Braga, do Secretário da Segurança Pública e do Diretor da Polícia Civil, Luiz Chimin Guimarães.

Mas, faço-o também, por duas outras razões que considero importantes que sejam alinhadas de princípio:

Primeiro, porque se trata de acontecimento que demonstra incontestavelmente a ilegitimidade, a imoralidade e o obscurantismo dos chamados comandos políticos regionais, que estão resuscitando para a tônica da vida pública paranaense, a figura odiosa e imoral dos chefes de arrabalde e do coronelismo político, que agindo em nome de vontades pessoais, de interesses espúreos e de vaidades partidárias, vão gradativamente, introduzindo a discórdia, debochando do povo e com isso desmoralizando o Governo e a administração pública. Sem falar que, por tais chefes serem políticos, acabam também enxovalhando a classe a que pertencem e envergonhando a consciência dos homens de bem.

Segundo, porque por todas essas razões, espero que o que hoje venho lhes dizer, não caia no vazio da ineficácia, mas ao contrário, mereça a atenção dos homens mais lúcidos do Governo, e a devida receptividade de seus representantes mais sensíveis nesta Casa, para que não se dê ao povo do Paraná, uma demonstração tão pequena, tão rasteira e tão medíocre, acerca do caráter e da seriedade daqueles que têm a responsabilidade de representá-lo e de conduzir seus destinos.

Falo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como já havia anunciado ontem em meu pronunciamento de Pequeno Expediente, dos critérios e da forma pela qual já foi ou pretende-se remover de Guarapuava, o Delegado Agostinho Cardoso Neto, titular da 14a. Subdivisão Policial, graças, como já foi amplamente divulgado, às pressões políticas do Deputado Leônidas Chaves que, em Guarapuava e região, usando publicamente o nome do Governador Ney Braga, se presta para desempenhar o já qualificado cargo de detentor do comando político do governo.

Falo, Sr. Presidente, de uma odiosa perseguição política que, além de tudo, flagra o Governo do Estado e a Secretaria da Segurança, como passíveis de interferências e injunções políticas que negligenciam o interesse público, a vontade do povo e o respeito ao homem, para dar guarida a interesses facciosos e politiquieiros. Senão, vejamos:

Há mais de seis meses, comenta-se e fala-se publicamente em Guarapuava, e os jornais confirmam isso, que o Deputado Leônidas Chaves, que já se dizia o responsável pela designação de Agostinho Cardoso Neto como Delegado de Guarapuava, queria então o seu afastamento, porque o policial não estava sendo útil aos seus interesses políticos, por outro lado, porque era uma exigência do Vereador Benedito de Paula Louro que, envolvido em diversos processos crimes, e não contando com a proteção do delegado, exigia o afastamento deste, em troca de sua adesão ao grupo político liderado pelo Deputado Leônidas Chaves.

O fato, todavia, ainda não se havia consumado, porque algumas autoridades, e alguns segmentos importantes da comunidade teriam se manifestado contrários à saída do delegado, ao mesmo tempo em que haviam solicitado sua permanência

às autoridades de segurança.

Recentemente, porém, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por uma estranha coincidência, poucos dias após a publicação pelo Jornal "O Estado do Paraná", de declarações de delegado acerca do abandono em que se encontrava a Delegacia de Polícia de Laranjeiras do Sul, pelo que atribuiu parte da responsabilidade ao famigerado comando político da região, que inclusive pretendia e já pressionava para que fosse indicado como Delegado de Laranjeiras do Sul, não um Bacharel em Direito, mas sim, um capitão de polícia, veio ao conhecimento público, a notícia de que o Delegado de Guarapuava estava definitivamente removido.

A medida revoltou a comunidade guarapuavana, e de toda a região, que já então viam no episódio o que muitos ainda hoje tentam cinicamente negar, ignorar ou justificar: o que estava acontecendo já era o desenrolar e o coroamento de um processo de perseguição política e a perpetração de uma injustiça contra um funcionário público que, no exercício de sua função policial, tinha devolvido à cidade grande parte da tranquilidade que sempre almejou no campo da segurança pública.

E tudo porque, o famigerado comando político regional assim o queria, não importando que, para atingir seus nefastos e obscuros objetivos, o desejo da comunidade e os desejos do povo fossem postergados. E tanto isso é verdade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que trago aqui, até para que não se diga que estas palavras são apenas do adversário político do Sr. Leônidas Chaves, ou simplesmente um Deputado da Oposição, as palavras autorizadas e respeitáveis de autoridades e figuras representativas da comunidade guarapuavana que, já em 04 de maio último, através do jornal "O Estado do Paraná", assim se manifestaram acerca da já então cogitada transferência política do Delegado de Guarapuava".

Lerei para Vossas Excelências, a íntegra da entrevista concedida ao "Estado do Paraná", no dia 04 de maio último, pelo Meretíssimo Juiz de Direito, Dr. Lino Bortolini, titular da Vara Criminal de Guarapuava. (Lê):

#### OPINIÕES

Juiz Lino Bortolini, titular da Vara Criminal:

"Fiquei profundamente surpreso pela medida, porque a transferência vem ocorrer em um momento inoportuno, uma vez que o Delegado que está há mais de um ano à frente da 14ª SDP, vem desenvolvendo seu trabalho de modo satisfatório, atendendo plenamente a comunidade, dando combate a todas as espécies de crimes, mantendo diálogo permanente conosco, tanto que, no período de mais de um ano em que nos encontramos à frente da Vara Criminal, não tivemos uma única reclamação contra o Delegado Agostinho Cardoso Neto. Portanto, fiquei profunda e negativamente impactado pela notícia de sua remoção, e pensei que algo de grave tivesse acontecido, para que se justificasse sua remoção. Mas, me parece que nada houve e que ocorreu foi apenas interesse político. Por outro lado, também participo de entidades sociais e clubes de serviço na cidade e, em momento algum, ouvi qualquer comentário desabonador à pessoa do delegado. Assim, também os promotores, com os quais mantenho contato diário e direto, nunca fizeram qualquer tipo de reclamação contra o delegado. Pelo contrário, desde que assumi a Vara Criminal, no início de 1979, quase à mesma época em que o Delegado Agostinho assumiu a 14ª SDP, notei uma profunda modificação no quadro criminal da comarca: diminuíram intensamente os crimes contra a vida, em torno de 75 por cento; quase que desapareceram os crimes contra o patrimônio. Além disso, ele intensificou os trabalhos junto aos cartórios da delegacia e tem mandado para o Fórum centenas de processos e inquéritos que estavam paralisados há muitos anos, desde à época de delegados omissos e alguns até corruptos que passaram pela Delegacia de Gua-

puava e que mantinham os processos engavetados. Esses processos eram gravíssimos e as autoridades policiais de então, algumas delas, inclusive, fizeram acertos financeiros com os autores dos delitos, para que estes inquéritos não subissem ao Fórum.

Dr. Agostinho, tomando conhecimento disso, dinamizou esse setor sem se importar com quem era o réu ou a vítima. E cumpriu sua obrigação, formalizando os inquéritos e enviando-os ao Juiz.

Tanto que, em 1980, apesar do baixo índice de criminalidade registrado até agora, foram já oferecidas, pelos promotores, cerca de 90 denúncias que estavam paralisadas na delegacia, por omissão, corrupção ou desinteresse de muitos delegados que antecederam o Dr. Agostinho.

Logo, um homem que vem trabalhando pela comunidade, conduzindo seu trabalho como policial com toda a eficiência, não pode ser objeto de remoção injustificada, sem ter cometido qualquer infração, por mero capricho de alguma pessoa. Sou absolutamente contra essa atitude, pois quem sofre com isso é a comunidade, que se vê despojada de um elemento valioso, de um homem que está ao seu lado".

Do Advogado Luiz Augusto Pereira de Araújo, Presidente da Sub-Seção da Ordem dos Advogados do Brasil de Guarapuava:

"Lamentável sob todos os aspectos, a saída do delegado chefe da 14ª SDP, vez que sua atuação vinha sendo das mais destacadas em nossa comunidade e em toda a circunscrição da 14ª Subdivisão Policial. A Subseção de Guarapuava, da OAB, sempre acompanhou de perto todo o trabalho desenvolvido pela Polícia Civil, entendendo o seu real significado e procurou auxiliar no combate à criminalidade. Aplaudimos o melhoramento de material humano e técnico, já que os resultados aparentes podem ser facilmente notados pela comunidade. A melhoria do pessoal e condições materiais, aliada à fiscalização exercida pelo Poder Judiciário local, tiveram como consequência a diminuição da interferência política nas coisas da segurança pública, o que, por certo, desgostou os políticos afeitos a este tipo de ingerência.

Agora, quando ocorre a substituição do delegado-chefe da 14ª SDP, e mais, quando se dá cunho político a este fato, a Subseção da OAB quer manifestar a sua preocupação quanto à segurança pública em Guarapuava e região. Não se queira fazer uma ligação entre o delegado que sai e o delegado que vem, pois até o momento desconhecemos quem seja. Mas é evidente que se a Polícia Civil vai sofrer interferências políticas, haverá um sério risco para toda a população guarapuavana".

Transcrevo também, declarações do Vereador Abrão Melhem, da ex-ARENA, e atualmente ligado ao bloco independente, na Câmara dos Vereadores:

"Nos últimos anos, o Dr. Agostinho Cardoso Neto foi o delegado que trouxe a tranquilidade para Guarapuava. Quando aqui chegou, a delegacia não dispunha de viaturas e nem de material humano suficientes. Ele mesmo, com seu próprio esforço, trouxe então para o município, o que nenhum outro delegado havia trazido: um grande número de viaturas para dar atendimento não só ao centro, como também à periferia da cidade e aos distritos do município; trouxe uma grande equipe de escrivães e agentes, para que o serviço burocrático e administrativo e, enfim, toda a atividade da polícia local não sofresse solução de continuidade, e assim agilizou, de tal foma o serviço, que o que entrava num dia na delegacia, no dia seguinte já estava em condições de ser apreciado pelo Judiciário de Guarapuava. Como político que sou, já há oito anos na Câmara Municipal, sempre lutei para trazer benefícios para o município e jamais persegui um delegado, uma professora, uma diretora de escola ou qualquer funcionário municipal ou esta-

dual. Sempre fui homem de governo, pertenci à ex-ARENA, fiz oposição aos prefeitos que passaram durante a minha legislatura, mas as minhas reivindicações, em todas as esferas de governo, sempre foram em termos de realizações e nunca de perseguições a quem quer que seja. Entendo que todos são seres humanos e, na minha condição de cristão, não admito que apenas por alguém ter um cargo político, coloque a mão em cima da cabeça de qualquer pessoa para prejudicá-la, esquecendo que esta pessoa tem família, tem filhos estudando. É lamentável para o povo a transferência do Dr. Agostinho aqui de Guarapuava. Quanto à sua conduta e honestidade à frente da 14ª SDP, não tenho dúvidas de que é compatível com um homem íntegro, cumpridor de suas obrigações e que faz com que a polícia realmente trabalhe. E a prova disso é a tranquilidade com que hoje vivemos em Guarapuava. Não tenho dúvida nenhuma de que a sua transferência de Guarapuava é exclusivamente produto de gestões políticas. E não é possível que a política venha intervir principalmente num órgão de suma importância como a segurança."

Do Meretíssimo Juiz, Dr. José Amoriti Ribeiro, Titular da 1ª Vara Cível e Diretor do Fórum de Guarapuava:

"Não tenho conhecimento oficial da possível remoção ou promoção do Delegado de Polícia, Dr. Agostinho Cardoso Neto. Se isso veio a ocorrer, não cabe a mim analisar a justiça ou injustiça dessa providência ou dessa determinação. Isto porque a remoção, promoção ou deslocamento de Delegados do Interior do Estado é providência afeta à Secretaria de Segurança Pública, daí fugir à autoridade do juiz analisar sobre a conveniência ou não dessa providência, que deve partir de uma Secretaria de Estado.

No entanto, exerço meu ministério há aproximadamente dois anos em Guarapuava, e logo que fui promovido para esta Comarca, assumiu a delegacia de polícia o Dr. Agostinho Cardoso Neto. Estou constantemente em contato com o Dr. Lino Bortolini, Juiz de Direito da Vara Criminal e, durante todo o transcorrer do tempo em que o delegado vem aqui exercendo as suas funções, não me consta que tenha havido contra o mesmo qualquer representação formal ou mesmo verbal, por procedimento ou conduta irregular. Pelas minhas observações, pelo que tenho sentido aqui no Fórum, e pela ausência de reclamações e de queixas - tão comuns na vida forense - o delegado vem agindo bem, conforme a sociedade de Guarapuava precisa, isto porque diminuiu repentinamente o índice de criminalidade, encarando-se o crime sob os vários aspectos: o homicídio, o furto, o arrombamento, etc.

Assim, se o índice de criminalidade diminuiu, se não existem queixas, só tenho elogios à pessoa do Dr. Agostinho, com referência ao seu procedimento como delegado, que vem agindo, como já disse, conforme as exigências da sociedade guarapuavana".

Perguntado se, diante do conceito que o delegado desfruta junto ao Poder Judiciário, os juízes porventura promoveriam gestões com vistas à continuidade do Delegado Cardoso Neto à frente da 14ª SDP, Amoriti Ribeiro respondeu: "Nós, os juízes, poderíamos, se solicitados, informar à autoridade competente e de direito, a respeito do procedimento do Delegado. Já houve aqui em Guarapuava, há algum tempo atrás, informações de que o Dr. Agostinho seria removido ou promovido de Guarapuava, aliás, a pedido dele. Nós, na oportunidade, solicitamos junto à Secretaria de Segurança, que, se possível, o Delegado permanecesse, porque entendíamos que o seu trabalho vinha se desenvolvendo à contento. O nosso posicionamento não mudou, desde então, porque entendemos que se a atuação policial é eficiente, ela deve continuar".

Do jornalista Leonel Pará, Diretor e Proprietário do Jornal "Esquema Oeste", que há dez anos circula em Guarapuava:

"As referências que tenho do delegado Agostinho Cardoso Neto são as melhores possíveis e são provenientes dos diversos setores da comunidade, tanto das pessoas que se relacionam diretamente com a polícia, como também da comunidade em geral, de setores que, embora não tendo uma participação direta nas atividades policiais, ou acompanhamento direto, sentem a polícia pelo que ela realiza. O delegado foi, sem dúvida, um dos melhores, senão o melhor delegado que tivemos aqui nos últimos dez anos. A sua atuação é sentida nas melhorias gerais no policiamento, pelas melhorias que trouxe para a 14ª SDP, e pela atuação que imprimiu à Polícia local. Se compararmos o que tínhamos e o que passamos a ter a partir da presença do atual delegado à frente da 14ª SDP, vamos verificar que houve uma notável melhoria nesse setor.

Por isso, eu só posso atribuir a transferência do delegado a interferências políticas indevidas, numa área que não deveria haver este tipo de coisa, uma vez que a polícia existe para dar segurança à população, para cumprir sua função sem nenhuma espécie de interferência. Quando um delegado desempenha a contento essa missão, e sua atuação é elogiada por toda a comunidade, de repente surge uma notícia como esta, de sua transferência, sem que haja um motivo mais forte. Ora, só se pode chegar à conclusão de que houve uma interferência política totalmente indevida, descabida e absurda, coisa que Guarapuava, de modo algum, pode concordar".

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se os depoimentos que acabo de lhes transmitir podem servir como testemunho de que nenhuma razão justificava privar Guarapuava do eficiente serviço que lhe vinha prestando o delegado de polícia, a não ser obviamente motivos puramente políticos, faço questão de informar a esta Casa, para demonstrar a inaceitação da comunidade pela medida anunciada, que na mesma oportunidade, os segmentos mais importantes da comunidade, enviaram telex ao Governador Ney Braga, ao Secretário de Segurança, ao Secretário da Justiça e ao Chefe da Polícia Civil, solicitando a permanência e manutenção do delegado em Guarapuava.

Essa correspondência, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que se possa avaliar a dimensão de sua representatividade, vinha assinada pelo Rotary Clube de Guarapuava, pelo Lions Clube, pelo Sindicato dos Lojistas do Comércio Varejista de Guarapuava, pelo Centro do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, pela Cooperativa Central Agrária Mista de Entre Rios, que abrange seis Colônias e congrega mais de quatro mil cooperados, pela Cooperativa Agrícola de Guarapuava - COAMIG, pela Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, pelo Movimento Familiar Cristão, pelo Núcleo de Justiça e Paz de Guarapuava, pelos Diretores e Coordenadores da Creche Santa Terezinha, pela Liga de Futebol Regional, que congrega 18 entidades esportivas, pelo Guarapuava Esporte Clube, pelo Grêmio Esportivo do Oeste, pelos Prefeitos Municipais de Guarapuava, Pinhão e Prudentópolis e pelos Vereadores Abrão Melhem, Elias Farah, Ivo Trombini, Raul Ricli, Carlos Millazo, Vilmar Turock, Heráclides Mendes de Araújo, Norton Bastos, João Maria de Jesus, Etelvino Portolan e Dileto Pulga, cujos edis totalizam 11 dos vinte e um vereadores da Câmara Municipal de Guarapuava.

Após aqueles acontecimentos, o Delegado de Guarapuava era chamado a Curitiba, para ser confirmado em sua função, e diante disso, a comunidade guarapuavana se mostrava agradecida ao Governo, por ter ele, atendido aos seus reclamos e reivindicações, ao mesmo tempo em que, num gesto de boa fé, agora flagrantemente ultrajado, renovava a sua confiança nos seus governantes, que demonstravam colocar o interesse público acima das injunções políticas ou da sanha perseguidora de pseudos e nefastos comandos políticos. E o testemunho disso foi a moção de aplausos e congratulações ao Governo, aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores de Guarapuava, pela manutenção do Delegado como titular da 14ª SDP".

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Agradeço a Vossa Excelência, e vê Vossa Excelência os comandos políticos, não são tão famigerados como afirma com muita ênfase.

Vossa Excelência, no decorrer das afirmações, que a meu ver são aéreas em relação ao nobre Deputado Leônidas Chaves...

O SR. TRAJANO BASTOS — Permita-me que interrompa, só para um reparo. Não faço acusações pessoais ao ilustre Deputado Leônidas Chaves. Faço críticas ao comando político e àquele que o usa para situações como esta.

O Sr. Erondy Silvério — Acho que Vossa Excelência nem teria motivos para acusações pessoais...

O SR. TRAJANO BASTOS — Por isso não as fiz.

O Sr. Erondy Silvério — ... dado ao passado do nobre Deputado Leônidas Chaves na vida pública do Paraná. Já o conheço desde que o ex-Senador Mattos Leão era Secretário do Interior e Justiça, e pude aquilatar do acendrado espírito público do Deputado Leônidas Chaves. Em sua vida particular, é um dos homens que honram o nosso município, já que sou guarapuavano, como Vossa Excelência.

O SR. TRAJANO BASTOS — É muita honra para Guarapuava.

O Sr. Erondy Silvério — Mas Vossa Excelência não teria mesmo condições de fazer críticas ao nobre Deputado, já que Vossa Excelência não se pejou em citar o nome do nobre Deputado, e eu gostaria também de ler algumas informações que tenho aqui, que dizem que esta solidariedade apresentada ao Delegado substituído, feita pelo Rotary Clube de Guarapuava, o seu Presidente é ligado por parentesco com Vossa Excelência, ao Prefeito Cândido Pacheco Bastos e Nivaldo Krüeger.

Veja Vossa Excelência que está tudo em família. O Lions Clube de Guarapuava, o Presidente é genro do atual Vice-Prefeito, Elias Melém, do PMDB. Em família também. Também a solidariedade do Grêmio Esportivo do Oeste, por seu Presidente, que é pai do atual Prefeito de Guarapuava. Tudo em família. O Guarapuava Esporte Clube, o Sr. Hélio Dalvéquia, que não conseguiu se eleger Deputado e perdeu a liderança para o nobre Deputado Leônidas Chaves. O Presidente do Sindicato dos Lojistas de Guarapuava, José Abrão Melhem, pai do Vereador Abrão José Melhem, ex-líder da ARENA e hoje um nome ligado à oposição, em Guarapuava.

Não quero tomar o tempo de Vossa Excelência, mas veja que é tudo em família. Observemos os dois lados.

Outras acusações que nos chegam é que o Delegado faz parte da "irmandade da OPA". Delegado substituído. Vossa Excelência sabe o que é "irmandade da OPA"?

Diariamente ele está no Bar Samurai, em Guarapuava, tomando umas e outras. E existe uma série de acusações contra este Delegado.

Então, Vossa Excelência tem que analisar os dois lados da questão. Vossa Excelência há pouco elogiou o delegado, porque levou para Guarapuava viaturas, Escrivão, enfim, equipou o Posto Policial de Guarapuava, a Divisão Policial de Guarapuava. Mas isso não foi trabalho do delegado, foi trabalho do Deputado que tem o comando na região. E foi a sensibilidade do Governador Ney Braga, que sentiu realmente que Guarapuava precisava a sua Delegacia Policial, a sua Divisão Policial, precisava ter os equipamentos necessários para o combate ao crime.

Então, veja Vossa Excelência, que sem eu entrar no âmago da questão, que eu não sei com quem está a razão, também estou analisando os dois lados, as duas partes da moeda. E este delegado não é tão santo assim, como Vossa Excelência pretende fazê-lo intronizar como um santo aqui dentro do Poder Legislativo. Ele tem os seus pecadinhos, com relação ao jogo de bicho, ao lenocínio, etc, etc, etc.

O SR. TRAJANO BASTOS — Vossa Excelência concluiu? O Sr. Erondy Silvério — Já concluí e agradeço a Vossa Excelência.

O SR. TRAJANO BASTOS — Eu é que agradeço a Vossa Excelência pelo seu aparte, que muito me honra.

Devo dizer a Vossa Excelência, que as citações que fez quanto aos Presidentes de Lions, Rotarys e Clubes Esportivos, o Lions de Guarapuava não é composto de um só. E minha família realmente é grande, mas não tanto. O Juiz de Guarapuava não é meu parente, ilustre Deputado. O Juiz Presidente do Fórum também não é meu parente; o Presidente da Subseção da OAB de Guarapuava também não é meu parente.

Agora eu gostaria que Vossa Excelência me permitisse concluir o meu pronunciamento. Porque, desculpas deste tipo, perdoe-me, nobre Deputado, que eu faço sempre, fiz questão de, no trato, através da tribuna, ser o mais cordial possível.

Então, peço vênha a Vossa Excelência, para usar aqui um ditado popular que a desculpa do aleijado é sempre a muleta — e não leve Vossa Excelência qualquer interferência ou qualquer ofensa à sua pessoa, neste caso.

O Sr. Erondy Silvério — Se Vossa Excelência me permitisse um aparte. — (Assentimento).

Vossa Excelência, com a elegância que sempre se houve nesta tribuna, jamais me ofenderia, nobre Deputado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Concluindo, Sr. Presidente,

Srs. Deputados, eis que, agora, aproximadamente há vinte dias atrás, aqueles desagradáveis acontecimentos, o problema volta à tona, com a informação fornecida pela imprensa e segundo declarações do próprio delegado, que a sua remoção foi concretizada, porque apesar dos apelos dos guarapuavanos, porque mercê da vontade da população e da comunidade em manter no cargo o seu delegado, o casuísmo, a pressão política e o compadrismo, haviam saído vitoriosos e com isso se instituiu e praticava a injustiça, exatamente no seio da segurança pública, onde o ponto de referência deve ser o cumprimento da lei e o zelo pela prática e pelos princípios de justiça.

Tudo isso, Srs. Deputados, sem falar que também antecedeu e compôs estas demarches, o fato do Secretário de Segurança ter enviado a Guarapuava um Delegado de sua assessoria, — e nisto eu pediria, ilustre Deputado Erondy Silvério, que Vossa Excelência prestasse atenção — ...

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa lembra ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que Vossa Excelência tem um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. TRAJANO BASTOS — Concluirei, Sr. Presidente.

... o Dr. José Carlos Branco, para averiguar e levantar a situação e a atuação do Delegado junto à comunidade, de cujo relatório, ao que se sabe, nada se constatou que pudesse desabonar a conduta funcional ou pessoal do delegado, mas, ao contrário de queixas ou reclamações contra sua atuação, partiam exata e unicamente do grupo interessado em sua remoção.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Guarapuava se sente ultrajada diante de tudo isso, e de certa forma pensa como nós, de que não é possível que o Governador Ney Braga esteja inteiramente informado da situação, embora o Deputado situacionista da região diga que fala e age em seu nome. Até porque, inclusive por uma questão de bom senso e sensibilidade política, se realmente estivesse de todo informado, por certo não permitiria, que em nome do seu Governo, se praticassem atos de deboche e de desrespeito para com Guarapuava, ou para com qualquer outra comuna do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) De acordo com a Liderança do PMDB, que lhe concede o horário destinado ao Partido, Vossa Excelência tem mais quinze minutos para prosseguir seu pronunciamento.

O SR. TRAJANO BASTOS — Obrigado, Sr. Presidente, e ao

Líder de minha bancada. (Lendo):  
 "Principalmente em se tratando de medidas que, uma vez tendo de ser tomadas inexoravelmente por órgãos do Governo, levem em seu bojo a marca da perseguição, da opressão e de vaidade e orgulhos doentios, que sem dúvida se constituem na forma mais torpe de humilhar o homem e aviltar as consciências. Guarapuava, Sr. Presidente, jamais aceitará que seus destinos e interesses sejam conduzidos sob o tacho do coronelismo.

Agora, Srs. Deputados, para tristeza de todos nós que temos uma grande parcela de responsabilidade perante os paranaenses, como já disse anteriormente, o problema volta à tona e da forma mais deprimente, porque o escândalo assume a dimensão da afronta e da má-fé.

O delegado, injustificadamente transferido, pelo menos é o que nos levam a crer os depoimentos e o desenrolar dos acontecimentos, e, em troca, lhe é oferecida uma promoção: uma delegacia especializada na Capital do Estado, que ele próprio, delegado, já declarou não aceitar, porque ela é o verniz e o escudo para encobrir as manobras do casuísmo e dos atos ilegítimos.

Pior do que isso, montou-se em torno do assunto um verdadeiro circo de mentiras e contradições. Enquanto a imprensa noticia e muitos se pronunciam já há quase um mês sobre a remoção do delegado de Guarapuava; enquanto o próprio delegado denuncia a perseguição e injunções de que foi e é vítima, inclusive nominando fatos e pessoas, de outro lado, como se tudo na passasse de histeria coletiva, surge o Diretor da Polícia Civil e o Delegado Chefe da Divisão de Interior para declararem que nada existe ainda de concreto a respeito ou mesmo oficial, no sentido da remoção do delegado. Ao mesmo tempo e em meio a depoimentos de outros ex-Delegados de Guarapuava, que apoiam Agostinho Cardoso Neto, porque de lá saíram por força de pressões políticas, eis que, de repente, surgem, inclusive sabendo mais que o próprio Diretor da Polícia Civil e seu Chefe de Divisão de Interior, de um lado o Vereador Benedito de Paula Louro, a dizer que não tem conhecimento de seus antecedentes criminais e processuais, quando é do conhecimento público que, entre outras coisas, foi punido pelo próprio sistema que defende, através do AI-5, por corrupção.

E, paralelamente, confirmando que o Delegado já saiu. De outro lado, o Deputado Leônidas Chaves, desde ontem, segundo anúncios de seus correligionários, ensaiando justificativas para a saída do delegado, quando então, como já disse, nem as autoridades de segurança confirmavam o fato.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O circo está montado, e desse grande universo de contradições e palavras vãs, entre todos aqueles que estão envolvidos no processo espúreo das pressões e das manobras de perseguição, fatalmente alguém sairá mentiroso e conseqüentemente, indigno do respeito e da confiança do povo.

Mas, enquanto decidem quem realmente é ou quem ficará de mentiroso, eu quero apenas, para finalizar, fazer uma consideração e um apelo.

A consideração é de que acho muito difícil que o Vereador que se reporta hoje aos jornais, embora correligionário e companheiro do Deputado Leônidas Chaves, tenha autoridade moral para acusar quem quer que seja, ou atacar-lhe a conduta, porque só pode fazê-lo quem a tem honrada. Pela mesma razão, acho também difícil e inacreditável até, que possa, apesar da condição de Vereador, se dizer falando em nome da comunidade ou de seus homens sérios.

E o apelo, é para que o Governador Ney Braga não permita que a imagem do Governo, dos governantes e dos políticos do Paraná, seja nivelada por baixo, pela insensatez e insânia de alguns.

Para que os homens responsáveis do Governo, não per-

mitam que se dê ao povo, razões e motivos tão deprimentes para que ele alimente o descrédito e a repulsa para com seus representantes.

Para que não permita que o Paraná dê ao Brasil, o direito sequer de suspeitar que aqui se administra sob a égide da perseguição política, da vindita e da imoralidade político-administrativa.

E, finalmente, Sr. Presidente, o meu apelo para que esta Casa saiba se posicionar com virilidade diante da conduta lamentável de um de seus integrantes, num momento em que, diante de tantos problemas sérios que aí estão a exigir a participação honesta e séria de todos nós, é fundamental e necessário que não coonestemos e nem convalidemos atitudes menores, que depõem contra a Casa e atentam contra a dignidade da representação parlamentar".

Eu quero dizer também que o Sr. Líder do Governo, ilustre Deputado Erondy Silvério, que o Sr. Governador do Estado, que o Sr. Chefe da Polícia Civil, que o Sr. Secretário de Segurança Pública não levem em consideração o que venho dizer aqui, um Deputado da Oposição, mas que pare, que pense e que leve em consideração as manifestações de toda uma comunidade e de cujas representações fazem com que estas manifestações mereçam o crédito, ou pelo menos, um estudo mais aprofundado por parte de Sua Excelência, o Governador do Estado do Paraná.

Eu vou conceder primeiramente, o aparte ao Deputado Quielse Crisóstomo.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Nobre Deputado, não é assim tão singular, mas deixa de ser merecedor de apreciação o comportamento de Vossa Excelência, como Parlamentar da Oposição, defendendo um servidor do Governo em seu município, porque é sabido que a sobrevivência política da Oposi-

ção está ligada diretamente aos maus setvíços prestados pelos servidores do Governo. Quanto menor é a qualificação, quanto menor é a qualidade do serviço prestado por um servidor público do Estado, maior é a colheita da Oposição nesse setor de atividades.

O SR. TRAJANO BASTOS — Vossa Excelência tem razão.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Então, veja a minha conclusão e a conclusão de todos aqueles que entendem um milímetro de política, podem chegar.

Se este servidor público conseguiu despertar o interesse de toda a Oposição no município, e diga-se de passagem, somente da Oposição, é porque estaria prestando, seguramente, um péssimo serviço ao povo e ao Governo, sob pena de Vossa Excelência ser sacrificado eleitoralmente, nobre Deputado.

O dia em que o Governo colocar um funcionário eficiente, à altura do discurso de Vossa Excelência, a Oposição haverá de perecer politicamente, e eu quero ter certeza, porque vou chegar mais próximo deste problema. Para confirmar a esta Casa e aos representantes do Paraná, aqui, de que mais essa vez eu tinha razão.

A preocupação excessiva da Oposição, muito mais do que aquele que detém o comando político, porque Vossa Excelência mesmo disse, que o nobre Deputado Leônidas Chaves há cerca de seis meses já anunciava a saída.

Ora, esse Deputado não está exercendo o seu comando político apenas porque um ofício do Deputado que se diga detentor do comando político é suficiente para afastar um servidor do Estado, de uma posição, se esta posição é, como Vossa Excelência afirma e não eu, está vinculado ao comando político. Ora, se ele demorou seis meses, é porque não fez uso do comando político.

O SR. TRAJANO BASTOS — Ou talvez as autoridades responsáveis, ilustre Deputado, tenham procurado analisar mais detidamente o pedido do Deputado, o que merece o meu elogio.

Vossa Excelência há de ler no meu discurso, no apelo que faço, é que eles não se posicionem e nem poderia ser desta forma, no que diz esse Deputado da tribuna, mas quero dizer a Vossa Excelência, que a manifestação contra a remoção deste Delegado, deste funcionário público e eu quero dizer a Vossa Excelência, que não defendo a pessoa do Delegado, mas defendo o seu direito de permanecer no cargo que vem exercendo...

O Sr. Quielse Crisóstomo — Eu pergunto a Vossa Excelência se existe alguma lei da inamovibilidade para Delegado de Polícia?

O SR. TRAJANO BASTOS — Isso é uma lei moral.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Não senhor. Se é um cargo de confiança do Governo...

O SR. TRAJANO BASTOS — Isso é uma lei moral. Se ele está desempenhando bem as suas funções, se ele está desempenhando bem, quem será beneficiado pela sua conduta? Será a política do Governo do Estado.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Exatamente a política do Governo sendo a responsável, o Governador é responsável pela sua manutenção ou não, nobre Deputado e somente a ele, e não ao Deputado da Oposição e nem ao da Situação...

O SR. TRAJANO BASTOS — Eu devo um aparte ao ilustre Deputado José Tavares, peço que Vossa Excelência conclua.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Eu serei breve. Então veja só Vossa Excelência. Estava sendo conduzido por si só, um raciocínio evidente. Se ao Governo cabe a responsabilidade dos seus serviços, a ele cabe também a responsabilidade da sua manutenção e se lá não está mais, é porque aqueles que podem, entenderam que deveriam transferi-lo de lá e assim o fizeram.

O SR. TRAJANO BASTOS — Isso é um problema do Governo.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Eu vejo esse seu pronunciamento da seguinte maneira, e para encerrar, nobre Deputado.

O interesse, a profundidade das palavras com que Vossa Excelência pretendeu levar o seu discurso, um vínculo muitíssimo grande e até mesmo talvez, indeclarável, porque eu jamais vi um Deputado da Oposição defender um Delegado de Polícia, com tanta veemência, como Vossa Excelência fez nesta tarde, chegando até mesmo a exigir, — e está escrito no seu discurso — a exigir do Governo uma promoção para esse Delegado de Polícia, na Capital.

O SR. TRAJANO BASTOS — Vossa Excelência entendeu mal. (Tumulto no Plenário).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) (Faz soar os tímpanos).

A Mesa lembra que Vossa Excelência tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Dez segundos apenas para concluir.

Vossa Excelência defende, eu desconheço esse delegado e desconheço os fatos, mas, Vossa Excelência fez uma apoteose de uma tese política já conhecida aqui neste Poder. A oposição fica sempre satisfeita com o Governo, quando este está prestes a falecer política e moralmente no município.

O SR. TRAJANO BASTOS — Se fosse esta a minha preocupação, eu iria até torcer que tirassem o delegado de Guarapuava, porque ele iria politicamente, influir negativamente na política do Governo lá. O que eu estou fazendo aqui, estou sendo porta voz não da oposição de Guarapuava ou Vossa Excelência pode afirmar que os juízes que compõem o Poder Judiciário de Guarapuava, são filiados a algum partido.

O SR. TRAJANO BASTOS — Então, Vossa Excelência diga isso a eles.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado que está na tribuna que tem um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. TRAJANO BASTOS — Aos poucos minutos que me restam, Sr. Presidente, eu quero conceder o aparte ao ilustre Deputado José Tavares.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado que o tempo de Vossa Excelência esta esgotado.

A Mesa, consulta a Liderança do Partido Trabalhista, se deseja fazer uso do seu horário. Com a palavra ao nobre Deputado Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna na tarde de hoje, diz respeito, especificamente, a alguns fatos acontecidos no Município de Paranaguá, com referência a administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Estivemos Sr. Presidente, a convite de alguns funcionários que trabalham no Porto de Paranaguá, para verificarmos de perto, as condições de cada um, na sua labuta, no seu trabalho diário lá naquele porto. E, vimos Sr. Presidente, algumas coisas estranhas que fizeram com que tomássemos a decisão de solicitar a alguns funcionários daquele Porto, que demonstrassem por escrito, o que realmente acontece lá em Paranaguá.

E, no dia de ontem, Sr. Presidente, um parnanguara de nome Ademar Marcondes Martins, funcionário daquele Porto até pouco tempo, com um abaixo-assinado, procurando demonstrar algumas situações junto à administração dos portos de Paranaguá e Antonina, colhia Sr. Presidente, assinaturas para trazer a este Deputado, demonstrando assim, a vontade de que eu, aqui no Poder Legislativo mostrasse aos Srs. o que realmente se passa naquela cidade. E fiquei surpreso, quando a polícia portuária lá em Paranaguá, simplesmente em companhia de um irmão do Presidente da Câmara de Paranaguá, Vereador Joel Ferruz, em companhia de um policial, prendeu esse trabalhador, tomou de suas mãos, o documento que traria a esta Assembléia e me entregaria, sem dar satisfação alguma.

No dia de ontem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na parte da tarde, adentra em meu gabinete, neste Poder, o Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá, Sr. Joel Ferucci(?), espavorido, nervoso, com o documento, aquele documento retirado pela Polícia, das mãos.

Vem e pergunta para este Deputado: o que é que eu queria com Paranaguá? O que é que a Assembléia Legislativa teria com o Porto de Paranaguá?

Pasmem Srs., a indelicadeza deste Sr. Verador, inclusive, Presidente de um Poder, do poder Legislativo da maior cidade do Litoral, pelas suas palavras.

Nestas condições, Sr. Presidente, sabedor de que o Presidente da Câmara, sabedor de que algumas pessoas influentes em Paranaguá possuem algumas firmas de prestação de serviços, é que vamos encaminhar, por todos estes acontecimentos, que achamos estranhos, um pedido de informações ao Secretário de Transportes deste Estado, vazado nos seguintes termos:

“Senhor Presidente:

O Deputado Adalberto Daros, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. NIVALDO ALMEIDA, Digníssimo Secretário de Estado dos Trans-

portes, solicitando as seguintes informações:

(Lê):

"1 - A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) tem contratos de prestação de serviços com firmas empreiteiras? Se positivo:

a) Quais são?

b) Quantos empregados prestam serviços nos Portos de Paranaguá e Antonina através das empreiteiras? Discriminar quantos por empreiteira contratada.

c) Quanto a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina paga mensalmente para cada empreiteira contratada, por empregados em razão de suas funções?

2 - Quantos funcionários próprios (nomes dos contratados) possui a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina? Discriminar quantos em Paranaguá e Antonina, com as respectivas funções e salários.

3 - Quantos funcionários foram nomeados ou contratados nos últimos 12 meses e quais as respectivas funções e salários? Se positiva: houve testes ou concurso para tal?

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1.980

Devo explicar que a administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, através de convênio com o Ministério dos Transportes, está afeta à Secretaria dos Transportes.

Sr. Presidente, devo encerrar dizendo que temos em mãos dois documentos, um de um funcionário nomeado do Porto de Paranaguá, que exerce uma função e recebe, mensalmente, 21 mil, 996 cruzeiros, bruto e outro, Sr. Presidente, de um funcionário com a mesma função daquele, de uma firma que tem contrato com a administração dos Portos, recebeu, no mês de abril, 3 mil e 500 cruzeiros. Em função, Sr. Presidente, da prisão de uma pessoa comum, em Paranaguá, trabalhador, em função da vinda à esta Casa ontem do apavoreamento do Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá, que tem uma firma empreiteira, abrimos os olhos e acho que esta Casa deve demonstrar também e deve querer saber o porquê daquela prisão, o porquê desse apavoramento?

Razão pela qual está à consideração dos Srs. este pedido de informação. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) No horário reservado ao Partido Popular, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Ninguém poderá descrever, com todo o realismo, o drama que está vivendo a numerosa e sempre sacrificada classe dos servidores civis e militares, em face do insopitável e brutal encarecimento do custo de vida. Temos ciência de que muitos chefes de família passam à míngua, porque o magro dinheiro de seus vencimentos nunca chega para o atendimento das necessidades vitais e prioritárias da família. E isso porque o Governo não se comove com a sua sorte. Lesa-o, ano por ano, como se ele não fosse um ser humano, com o direito a uma vida digna e decente.

Vamos a alguns números, para confirmação do que afirmamos. É público e notório que, oficialmente, a inflação atingiu, em 1.979, cerca de 78,6%, mas, na prática alcançou mais de 100%. Como se comportou, todavia, o Governo do Estado? Concedeu ao funcionalismo apenas 42% de aumento, a partir de 1.º de janeiro último, numa evidente defasagem nos vencimentos em relação aos índices inflacionários de 1.979. Para ser realista, o aumento deveria ter sido de 100%, e não com a quebra de, no mínimo, 58% sobre a inflação havida.

O drama não para aí. O aumento concedido a partir de 1.º de janeiro, com muito menos do que a metade da inflação havida no ano anterior, é mantido durante todo o ano de 1.980, quando a situação econômica do País se agravou

consideravelmente, com o Governo Federal já tendo perdido totalmente o controle sobre a inflação e sobre a desvalorização da nossa moeda. O desditoso funcionário público tem de fazer milagres, para sobreviver, em meio da carestia e da crescente miséria. O leite que é alimento fundamental, subiu 105%, e não é encontrado. O feijão, prato básico da mesa brasileira, se tornou inacessível. O pão diminuiu de tamanho, peca pela qualidade e exorbita no preço. O café foi substituído pela cevada, e o arroz encontrou substituto na farinha de mandioca, enquanto esta continuar ao alcance da bolsa de todos. A subnutrição traz a doença. A miséria traz a revolta. A revolta traz a desagregação da sociedade.

O Governo do Estado anuncia, estrondosamente, que o Paraná vem de produzir mais de vinte milhões de toneladas de produtos agrícolas. Ora, isso quer dizer, em outras palavras, que a receita pública estadual subiu apreciavelmente, e que o Tesouro dispõe de recursos financeiros.

Traumatizado com o espetáculo da fome nos lares dos humildes servidores públicos, fazemos caloroso apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Finanças e ao Secretário de Recursos Humanos no sentido de que reexaminem, com a máxima urgência, a situação clamorosa da numerosa classe, e que concedam, de imediato, um abono de emergência de, pelo menos, 40%, ao funcionalismo civil e militar do Paraná. Esse abono de emergência é perfeitamente viável, mesmo que tivesse de empicar em cortes mais drásticos nas despesas de outros setores. Além de constituir um gesto de reconhecimento ao muito que, em prol do engrandecimento do Estado, tem dado a classe, seria, mais do que tudo esse abono, um gesto de solidariedade humana.

Lei federal instituiu o reajuste semestral dos salários aos trabalhadores de todas as categorias profissionais, de acordo com os índices de inflação. O funcionalismo público foi propositalmente excluído desse reajuste, como se ele também não fosse carente de amparo e de ajuda. A nossa iniciativa tem em mira, sobremaneira, a perpetração de um ato de justiça social para com uma classe sempre esquecida e sempre desdenhada pelos poderes públicos.

Requeremos que o nosso apelo em favor da concessão do abono de emergência ao funcionalismo civil e militar do Estado, a partir de 1.º de junho entrante, seja encaminhado ao Governador do Estado, ao Secretário de Finanças e ao Secretário de Recursos Humanos, sob a forma de telegrama ou de ofício.

Não podemos fechar os ouvidos aos reclamos da dor, da aflição e da miséria da nobre e laboriosa classe do funcionalismo público do Paraná."

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Leônidas Chaves, no horário reservado ao Partido Democrático Social.

O SR. LEÔNIDAS CHAVES - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O que nos traz a este tribuna é o dever de esclarecer a esta respeitável Casa Legislativa fatos cujo conhecimento público é dado através da imprensa da Capital inserido em editorial publicado nos jornais "Estado e Tribuna do Paraná", onde o Delegado de Polícia de Guarapuava, Chefe da 14.ª Sub Divisão Policial, vem proferir declarações mentirosas, injuriosas e caluniosas, próprias de um mau policial, num desafo incontestado de homem incapaz, inconveniente e medíocre que se encontra perdido no tempo e no espaço e o mais grave de tudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que esse indivíduo é acobertado pelo Deputado Trajano Bastos de Oliveira e sua clã política e familiar em Guarapuava fazendo disto mais uma vez com que Guarapuava venha a ser palco de discórdia, desarmonias e saturações procurando denegrir a imagem dos Polí-

ticos e do Governo, num gesto mesquinho e nefasto não só para a Administração Pública Estadual, hoje exercida com muita propriedade e muita seriedade pelo eminente Governador Ney Braga, como para a política da minha cidade de Guarapuava que infelizmente vem sendo conduzida a nível municipal por mais de 15 anos, pelo Clã das famílias Bastos — Krüger verdadeiros focos de poluição política na minha região. Vossa Excelência, Deputado Trajano Bastos de Oliveira, vem aqui falar em nome da moralidade política, esquecendo deslumbrado que esta palavra não existe no seu dicionário, pois, ela não foi capitalizada pelo seu lexicógrafo. Que moral política tem Vossa Excelência quando orienta o Prefeito de Guarapuava, seu primo Cândido Bastos, um dos piores administradores deste Estado em prosseguir parado.

Vemos hoje em Guarapuava, uma das 5 principais cidades do Estado, ainda imperar a oligarquia política das famílias Bastos — Krüger, onde impera também, como já dissemos, uma verdadeira poluição política familiar, que hoje tem no poder público municipal uma fonte única e exclusiva de renda familiar, um gesto agressivo de desonestidade e apadrinhamento.

Vejamos Sr. Presidente, Srs. nobres Deputados:

Seu primo, Cândido Bastos é o Prefeito Municipal de Guarapuava, seu primo Norton Bastos, irmão do atual Prefeito é também vereador em Guarapuava, seu cunhado Nivaldo Krüger Deputado Federal e ex-Prefeito de Guarapuava é também primo do atual Prefeito de Guarapuava, seu sobrinho Cezar Bastos Krüger, filho do Deputado Federal Nivaldo Krüger, é o Secretário Administrativo da Prefeitura Municipal de Guarapuava, outro sobrinho seu, Luiz Artur Bastos, e filho de sua irmã, é alto funcionário da Prefeitura Municipal de Guarapuava, representando também a sucursal do conceituado jornal "O Estado do Paraná", outro sobrinho seu é funcionário da Prefeitura de Guarapuava, sua prima é irmã do Prefeito e funcionária da Prefeitura Municipal de Guarapuava, o esposo é funcionário da Surg — outro órgão da Prefeitura, outro primo seu e do Prefeito é dirigente e graduado funcionário do Centro Agropecuário Municipal de Guarapuava, Sr. Edson Bastos, o genro do seu cunhado Nivaldo Krüger, portanto outra vez seu primo, é também funcionário da Prefeitura em Guarapuava.

Disse muito bem o Vereador Guarapuavano, Heitor Izidoro, outrora pertencente ao seu partido e conhecedor profundo das manobras políticas de sua família — "QUEM NÃO TEVE A FELICIDADE DE NASCER DENTRO DAS FAMÍLIAS BASTOS — KRÜGER, NÃO TEM TAMBÉM O DIREITO DE OCUPAR ALTOS E POLPUDOS CARGOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA".

Alguns dos seus assessores já foram presos pelo Dops e recolhidos para Curitiba, há anos passados. Lembro o ex-Vereador, e não é o único, Lenini dos Passos, primo de Nivaldo Passos Krüger eleito e apoiado por Vossas Excelências que esteve preso por mais de 4 meses nesta cidade e cuja esposa era também alta funcionária da Prefeitura Municipal de Guarapuava, emprego este concedido como prêmio para compensar os reparos financeiros sofridos com a prisão do seu marido.

Esta é a moral política que cerca seu clã em Guarapuava, que vem hoje defender um delegado que além de praticar manifestas arbitrariedades é ébrio contumaz, protetor do jogo do bicho, explorador do lenocínio e da prostituição em Guarapuava. E isso me parece não precisava ser dito. Ficou evidenciado na defesa que Vossa Excelência fez da pessoa do delegado.

Infâmias, injúrias, calúnias e a falta de administração é o quadro desolador que vemos hoje na cidade de Guarapuava, jamais silenciaremos diante destes fatos, a nossa voz neste Parlamento será sempre ouvida em favor dos honestos, dos

homens dignos e honrados e sempre contra tudo isto que acabamos de relatar porque não fazemos da política um "MODUS VIVENDI", nem fazemos..."

O Sr. Trajano Bastos — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — no final. Prossigo: "nem fazemos dela um veículo compressor para agradar a Gregos e Troianos, mas fazemos política por ideal, sempre para servir e nunca para dela ser servido. Fazemos política com independência e com muito respeito. Respeitamos os homens da oposição, entendemos ser ela necessária, servindo de base para o regime Democrático quando praticada e exercida também com respeito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um caso inédito na vida pública Municipal de Guarapuava, eu trago ao conhecimento desta Casa e que foi a venda do Paço Municipal feita a um Banco paulista, servindo hoje de estacionamento para veículos e cujo prédio não deveria ser vendido mais dignificado com um Tombamento para o patrimônio histórico de Guarapuava, do Paraná e do Brasil.

Hoje a Prefeitura esta abrigada em duas creches, construídas pelo convênio do BNH, roubando sobejamente o espaço destinado a menores que estão desprotegidos.

É lamentável que o nosso tempo nesta Tribuna seja ocupado para tecer considerações a uma administração pública municipal falida, carente de meios e recursos, fruto da péssima administração da oligarquia familiar Bastos — Krüger em Guarapuava que nada mais faz a não ser apadrinhar Delegado de Polícia e combater o Governo do Estado do Paraná.

O Sr. Trajano Bastos — Permite-me um aparte? (Assentimento)

Ilustre Deputado Leônidas Chaves, é perfeitamente compreensível, que um político frustrado como Vossa Excelência venha sacar injúrias e infâmias, contra uma família cujo o passado eu quero lançar um répto a Vossa Excelência. Quanto à moral dessa família, eu lanço um répto a Vossa Excelência.

Vossa Excelência não tem o direito nem sequer de tocar no nome de uma família que é respeitadíssima em Guarapuava como a sua. Agora, quero dizer a Vossa Excelência, e quando eu digo frustrado, porque meu primo é Prefeito, meu cunhado é Deputado, fomos eleitos pelo voto popular, agora Vossa Excelência é frustrado porque em Guarapuava, quando Vossa Excelência foi candidato, e lá gastou bilhões de cruzeiros na sua campanha, Vossa Excelência fez 4 mil votos quando o seu opositor do seu partido fez 11.

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Com 60 dias de campanha.

O Sr. Trajano Bastos — Não interessa. Vossa Excelência é frustrado por causa disso. E, vou lhe dar uma notícia nobre Deputado. Vou lhe dar uma notícia, que talvez Vossa Excelência ainda não saiba. Vossa Excelência citou o caso do Vereador Heitor Izidoro e de sua irmã Carmem Izidoro, não é. Passaram do PMDB para o partidão de Vossa Excelência, perfeito?

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Perfeito. O Paraná todo conhece o caso, o Paraná todo.

O Sr. Trajano Bastos — Perfeito. Então, eu vou dizer uma coisa que o Paraná ainda não conhece, uma notícia que o Paraná não conhece, muito menos Vossa Excelência. Esses 2 Vereadores...

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Foram comprados? É isto que Vossa Excelência quer dizer?

O Sr. Trajano Bastos — Como?

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Foram comprados?

O Sr. Trajano Bastos — Não. Muito pior, porque comprados eles foram por Vossa Excelência, e vou lhe dizer uma coisa, esses dois vereadores acabaram de renunciar os seus mandatos. Vossa Excelência sabia disto?

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Sabia do que? Desculpe, mas não entendi as últimas palavras. Vossa Excelência pode

repetir, por favor?

O Sr. Trajano Bastos — Sabia que o Vereador Heitor Izidoro e a Vereadora Carmem Izidoro renunciaram hoje aos seus mandatos?

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Não, não sabia.

O Sr. Trajano Bastos — E alegaram que renunciaram aos mandatos porque não aceitam a liderança política de Vossa Excelência?

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — É até possível...

O Sr. Trajano Bastos — Agora quero dizer outra coisa a Vossa Excelência...

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Depois desta daqui...

O Sr. Trajano Bastos — Se seus quinze anos de poluição, política administrativa que Vossa Excelência fala, e em Guarapuava, fossem tão nefastas, Vossas Excelências nunca teriam sofrido tantas derrotas lá. Não foram quinze anos de poluição, Sr. Deputado, foram quinze anos de vitórias honradas, nas urnas, perante o povo...

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Veremos nas próximas.

O Sr. Trajano Bastos — ...vitórias estas que Vossa Excelência nunca obteve. Por isto Vossa Excelência é um político frustrado e hoje vem aqui desviar do assunto, usando a muleta do aleijado, como desculpa.

É isto que Vossa Excelência precisa ouvir, nobre Deputado. E eu não entendo e vou repetir a Vossa Excelência o que já disse...

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — À vontade, Deputado.

O Sr. Trajano Bastos — ...o papel de Deputado não é ficar perseguindo delegado, nem professora...

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — É defender delegado de polícia corrupto?

O Sr. Trajano Bastos — ...nem transferindo professoras responsáveis pela merenda escolar.

O papel do Deputado é estar aqui. Vossa Excelência aqui nunca vem. Vossa Excelência é "Deputado fantasma". Vossa Excelência só vem aqui quando é chamado em assuntos que lhe dizem respeito pessoal. E o fato de eu estar defendendo ou condenando a remoção de um delegado, não quer dizer que seja meu apadrinhado. Estou sendo aqui, porta-voz de todo um segmento da sociedade da cidade de Guarapuava. Porta-voz que Vossa Excelência não tem sido.

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Meu caro Deputado, a sua presença no plenário desta Assembléia, não quer dizer que Vossa Excelência seja um emérito Deputado.

O Sr. Trajano Bastos — Nem eu desejo isto, mas cumpro com a minha obrigação.

Vossa Excelência não cumpre com a sua. Vossa Excelência fica em Guarapuava fazendo confronto político.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Com a palavra, na tribuna, o nobre Deputado Leônidas Chaves.

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Deputado Trajano, eu sei que isto fere mas depois se esquece.

A Câmara Municipal de Guarapuava compsta por vinte e um Srs. Vereadores está cercada de...

O Sr. Trajano Bastos — Da qual Vossa Excelência perdeu seis.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) (Faz soar os tímpanos)

O Sr. Trajano Bastos — São os quatro do bloco independente e mais os dois que Vossa Excelência comprou e hoje renunciaram ao mandato.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Deputado Leônidas Chaves, na tribuna, com a palavra.

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Desculpe, eu não pude ser

hoje elegante, como Vossa Excelência o foi.

A Câmara Municipal de Guarapuava composta por vinte e um Srs. Vereadores, está cerceada em suas atividades parlamentares, como pressão inconteste, para que os Vereadores aprovelem gastos de verbas, que beneficiariam determinado grupo político simpático ao Prefeito local e a Vossa Excelência, Deputado Trajano Bastos.

Seus vinte e um Vereadores não recebem subsídios, desde janeiro de 80, somando portanto um haver aproximadamente dois milhões de cruzeiros. As verbas próprias do Legislativo Municipal não são pagas. O telefone e a luz da Câmara Municipal de Guarapuava já estão cortados...

O Sr. Trajano Bastos — O que é que isto tem que ver com a transferência do delegado?

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — num sinal de desrespeito ao Poder e à cidade de Guarapuava.

O Sr. Trajano Bastos — Vossa Excelência está usando a muleta do aleijado.

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Os desmandos verificados, não só de agora, isto faz parte da técnica exercida pelo clã Bastos-Krüger, na cidade de Guarapuava. Seu primo, Prefeito de Guarapuava, está ameaçado de perder o mandato, em virtude da aplicação de leis que realmente foram julgadas inconstitucionais pela Justiça local, em sentença prolatada na última semana. A má administração de verbas públicas dá à Guarapuava, sem dúvida, o título da pior administração municipal já conhecida em todos os tempos neste Estado, fato comprovado através de Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pela Câmara Municipal de Vereadores de Guarapuava.

Se silenciarmos até hoje esta calamitosa situação que se encontra a Administração Pública Municipal de Guarapuava, orientada em gênero, número e grau, por Vossa Excelência e pelo Deputado Nivaldo Krüger, é porque não gostaríamos de ver mais uma vez Guarapuava nas páginas das manchetes de conceituados jornais deste Estado, a espera de que mudem os homens dirigentes do Município, para que a população possa ser conduzida administrativa e responsavelmente.

E para finalizar as minhas palavras e a defesa do bom nome dos políticos e do Governo, quero deixar claro desta Tribuna que como um dos responsáveis pela Comunidade Guarapuavana, sugeri ao Secretário de Segurança Cel. Haroldo Dias, que tão bem vem conduzindo e dignificando a pasta da Segurança do Governo do Estado que fosse substituído o Sr. Delegado Chefe da 14.<sup>a</sup> Sub-Divisão Policial de Guarapuava por motivos não políticos ou escusos, mas para atender a maioria da população de Guarapuava em nome também da totalidade dos integrantes do meu Partido na Câmara Municipal e em nome da própria segurança interna de Guarapuava.

Falo isto com independência, como homem insuspeito, porque durante a estada do Delegado Cardoso Netto em Guarapuava, nem sequer conversamos com o mesmo, nunca sequer o visitei na Delegacia, por isto falo de cabeça erguida e com a consciência de ter procurado honrar e dignificar a função de Parlamentar que é estar na suprema defesa do interesse do Povo e não do seu próprio, às vezes comuns a determinadas pessoas.

Temos certeza que o próximo delegado, que irá substituir o atual Chefe da 14.<sup>a</sup> Sub-Divisão Policial de Guarapuava, será um homem verdadeiramente capaz, honesto e acima de tudo independente em suas ações e só assim veremos moralizado e reforçado o setor de segurança e de Polícia Civil de Guarapuava."

Reconhecemos que episódios como estes são desgastantes. Daí a minha demora para esclarecer desta tribuna. Achei que não havia necessidade.

Mas desgastante e imperdoável seria o nosso silêncio

em detrimento do povo de Guarapuava e do povo do Paraná.

Sr. Presidente, dentro de uns minutinhos eu terminarei.

Vejam os Srs. Deputados, um relatório, consciente, dado nos jornais, na imprensa paranaense, pelo Vereador Benedito de Paula Loro, abordado no pronunciamento do eminente Parlamentar, Trajano Bastos de Oliveira.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná conhecia uma versão do fato, hoje ela terá outra versão. Vejam o que diz o Vereador e eu abono integralmente todos os seus termos.

Li com cuidado.

1 — O Delegado saiu pela sua conduta nada recomendável — ébrio diurno — um agravante. Se fosse ébrio, noturno, ainda se admitia. É um ébrio diurno. Frequenta o bar do centro da cidade de Guarapuava.

2 — Mancomunado com o jogo do bicho praticado dentro da própria Delegacia. À exemplo do que ocorreu em Maringá onde o Prefeito João Paulino solicitou o recolhimento de dois delegados daquela sub-divisão policial e com esse procedimento a sociedade permaneceu segura.

3 — Explorador profissional do lenocínio em Guarapuava, e usando uma técnica muito inteligente porque fechando grandes locais que eram usados como meretrício, propiciou a abertura infestada de pequenos lupanares nos bairros de Guarapuava.

4 — Tem em mãos declarações com firmas reconhecidas de pessoas foram extorquidas dentro da Sub-Divisão Policial por ordem do Delegado Cardoso Netto.

5 — Aumento vertiginoso da criminalidade no Município de Guarapuava contrariando as afirmativas de Cardoso Netto.

6 — Nunca houve tanto abuso, permanência alguma de outros Delegados em Guarapuava, como agora onde os presidiários empreenderam fuga por duas vezes em doze meses.

7 — Até o fórum da Comarca foi arrombado e dele retiradas mais de duzentas armas sem até hoje sabermos quais os verdadeiros ladrões já que Cardoso Netto é o milagroso que tem desvendado tantos crimes em Guarapuava.

8 — A casa do Juiz Hélio Vieira Netto foi arrombada e de lá retirados objetos de certo valor.

9 — Alguns de seus auxiliares diretos, alugaram casas em Guarapuava, não pagando o devido aluguel e ameaçando o locatário de morte, ocorreu com o cidadão Claudium do Vale, pecuarista em Guarapuava, homem nascido naquela cidade e cujo conceito moral é dos mais ilibados.

10 — Autoriza ou faz vistas grossas ao pagamento de taxas extras para a expedição de Carteira de Identidade no município. Esse dinheiro é pago diretamente ao funcionário responsável pelo serviço — Sr. Cordeiro, dentro do recinto da Delegacia de Polícia de Guarapuava.

11 — É tido na cidade como homem inteligente, arbitrário, maquiavélico, e isto está provado, visto que chegou a envolver autoridades íntegras, respeitadas e honestas, e outras pessoas dignas de respeito na sociedade Guarapuavana que hoje depois de saberem das razões que o levou a deixar Guarapuava estão temerosas e preocupadas por terem interferido em favor de um homem que realmente não merece a confiança depositada.

12 — Envolveu o nome do Rotary Club de Guarapuava por ser seu presidente ligado por parentesco ao atual Prefeito Cândido Pacheco Bastos, Deputado Trajano Bastos e Nivaldo Passos Kruger.

Envolveu o nome do Lions de Guarapuava por ser seu Presidente, genro do atual vice-Prefeito de Guarapuava — Elias Molhem do PMDB.

Envolveu o nome do Grêmio Esportivo do Oeste por ser seu Presidente e fundador, pai do atual Prefeito de Guarapuava.

Envolveu o nome do Guarapuava Esporte Clube o Senhor Élio Dallavechia inclusive o meu candidato nas eleições e que não conseguiu se eleger Deputado em nosso Estado, perdendo

sua pretensa liderança para o Deputado Leônidas Chaves.

13 — Envolveu o nome do Presidente do Sindicato dos Lojistas de Guarapuava, Sr. José Abrão Melhem, pai do Vereador Abrão José Melhem, ex-Líder da ARENA e hoje homem ligado à oposição em Guarapuava e que tem como profissão advogado militante que mais influência exerce na Delegacia de Guarapuava, é amigo íntimo do Sr. Delegado Cardoso Netto visto que foi autor de moções de congratulações e solidariedade a Cardoso Netto, juntamente com vereadores do PMDB.

14 — Envolveu o nome da Associação Comercial de Guarapuava, motivo que levou seu presidente a passar telegrama ao Governador Ney Braga, sentindo-se enganado pelos articuladores deste falso noticiário.

15 — Envolveu três Prefeitos da região que são os de Guarapuava, Pinhão e Prudentópolis, homens servidos diuturnamente pelo delegado e que são Prefeitos hoje da oposição PMDB liderados pelos Deputados Trajano Bastos de Oliveira e Nivaldo Kruger.

16 — Envolveu o nome do Movimento Familiar Cristão de Guarapuava sem que seus membros tivessem conhecimento de tal procedimento.

17 — Que não estranha todas as posições tomadas pelo Delegado Cardoso Netto por ser ele um elemento já conhecido de outras comarcas do nosso Estado.

18 — Que já constituiu advogados para pedir abertura de inquérito para que o Delegado Cardoso Netto prove que ele, Benedito de Paula Lauro possuía chaves falsas da Delegacia de Polícia de Guarapuava, cujo crime é severamente capitulado no Código Penal Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Deputado Leônidas Chaves, a Mesa lamenta, mas o tempo de Vossa Excelência está encerrado.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 11/80, que declara de utilidade pública a "Associação Evangélica Missão Transmundo", com sede e foro em Campo Mourão, neste Estado. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 40/80, (Mens. Govern. n.º 35/80), que autoriza o Poder Executivo a doar: 1.º) ao Município de Campo Largo a área que especifica exclusivamente para fins que aqui descreve; 2.º) à Sociedade Beneficente das Senhoras Sírion Libanesas do Paraná, área que especifica, situada em Campo Largo, a ser utilizada na implantação de obras destinadas a dar atendimento ao idoso. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 40/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Campo Largo parte de imóvel rural, constituída de área superficial de 1.460.000,00 m<sup>2</sup> (um milhão, quatrocentos e sessenta mil metros quadrados), contendo diversas benfeitorias, situada no quarteirão denominado NOSSA SENHORA DO PILAR, zona limítrofe ao perímetro urbano da cidade de Campo Largo, adquirido pelo Estado do Paraná conforme matrícula R-3-1341, do Livro n.º 02 — Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo.

§ 1.º — A área objeto da doação, de que trata este artigo deverá ser utilizada na implantação do CEMITÉRIO PARQUE MUNICIPAL, CENTRO DE ARTES E OFÍCIOS, "PLAYGROUND", QUADRAS ESPORTIVAS, MANUTENÇÃO DO POMAR PÚBLICO, MUSEU DE ENOLOGIA E EXPOSIÇÕES, BOSQUE COM EQUIPAMENTO DE PIQUE-NIQUE, LAGO, BAR, LANCHONETE, ESTACIONAMENTO, SEDE DA PREFEITURA DE CAMPO LARGO e outras obras de interesse comunitário, não podendo em tempo algum, e sob qualquer pretexto, haver modificação na finalidade, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado do Paraná, de todo o imóvel, com as benfeitorias nele existentes, independentemente de qualquer modificação.

§ 2.º — Fica o Município de Campo Largo com a obrigação de manter e conservar, como patrimônio histórico, o imóvel existente na área a ser doada, constituído pela casa onde nasceu o Desembargador Clotário de Macedo Portugal.

Art. 2.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Sociedade Beneficente das Senhoras Sírrio-Libanesas do Paraná o terreno rural medindo a área superficial de 26.000,00 m<sup>2</sup> (vinte e seis mil metros quadrados), a ser destacado do imóvel de área maior, situado no quarteirão denominado NOSSA SENHORA DO PILAR, zona limítrofe ao perímetro urbano da cidade de Campo Largo, adquirido pelo Estado do Paraná, conforme matrícula R-3-1341, do Livro n.º 2, Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo.

Parágrafo único — O imóvel de que trata este artigo somente poderá ser utilizado na implantação de obra assistencial de amparo ao idoso carente, que deverá estar concluída no prazo máximo de 10 (dez) anos, contados da data da respectiva escritura de doação, não podendo em tempo algum e a nenhum pretexto, haver modificação na finalidade, sob pena de, em qualquer dos casos, reverter ao patrimônio do Estado do Paraná, com as benfeitorias nele existentes, independentemente de qualquer indenização.

Art. 3.º — Os imóveis objeto das doações previstas nesta lei, ficam gravados com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, que constarão das respectivas escrituras, ressalvada, quanto ao constante do artigo 1.º, a possibilidade de ser dado em garantia para fins de financiamento do Projeto CURA - Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada ou outra modalidade de financiamento com características semelhantes.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de maio de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
LINEU TURRA — Relator

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 191/79, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que dá nova redação ao artigo 45, da Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973. (Que dispõe sobre a Lei Orgânica dos Municípios). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 7/80, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a "Congregação Missionária do Santíssimo Redentor", com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 8/80, de autoria do Deputado DAVID FEDERMANN, que declara de utilidade pública o "Círculo Orquidófilo Pontagrossense", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 9/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 09/80), que objeti-

va autorizar o Poder Executivo fazer reverter, mediante doação, ao Município de Califórnia, as datas de terrenos sob n.ºs 05, 06, 07, 10, 11 e 12, da quadra n.º 15, com área total de 2.356 m<sup>2</sup> (dois mil, trezentos e cinquenta e seis metros quadrados), situados na Planta Jardim Sant'Ana, no referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 13/80, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que cria o Distrito Administrativo de Ivaté, no Município de Umuarama. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 21/80, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Jandaia do Sul", com sede e foro na cidade de Jandaia do Sul. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 17/80, de autoria do Deputado ADALBERTO DAROS, que concede Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná à Sua Santidade o Papa João Paulo II. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 33/80, de autoria do Deputado ROMERO FILHO, que altera para quinze (15) o número de Vereadores, a partir de 1.º de fevereiro de 1981, para a Câmara Municipal de Umuarama - Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 33/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — A Câmara Municipal de Umuarama, Estado do Paraná, passa a ser constituída por quinze (15) Vereadores.

Art. 2.º — A nova composição da Câmara Municipal de Umuarama ocorrerá a partir de 1.º de fevereiro de 1981.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1980.

a) ROMERO FILHO

#### JUSTIFICATIVA:

O artigo 107 da Constituição do Estado do Paraná, atualmente em vigor, após a aprovação de diversas emendas constitucionais, e datada de 1967, estabelece:

"O número de Vereadores, sempre ímpar, será fixado por lei, em proposição que não exceda de um para cada três mil eleitores, não podendo ser inferior nem superior a vinte e um".

Ora, conforme certidão em anexo, do Tribunal Regional Eleitoral, a 89.ª Zona Eleitoral, que abrange o Município de Umuarama, conta atualmente com 48.179 (quarenta e oito mil, cento e setenta e nove) eleitores, aptos a votarem.

Logo, dividido o número atual de eleitores por três mil, chegamos à conclusão de que a Câmara Municipal de Umuarama terá de contar quinze (15) Vereadores, havendo a sobra, ainda, de 3.179 (três mil cento e setenta e nove) eleitores, sobrando eleitores para que suba a 16 o número de vereadores.

Por ir ao encontro do que reza a Carta Magna do Estado do Paraná, e por ser ele rigorosamente constitucional, com a circunstância de que projetos de lei sobre a matéria em tela são exclusiva competência da Assembléia Legislativa, estamos certos de que a nossa iniciativa, por ser justa, terá a aprovação unânime

das Comissões Técnicas Permanentes e do Plenário da Casa.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 33/80

O projeto de lei em pauta, de autoria do nobre Deputado Romero Filho, visa elevar para quinze (15) o número de vereadores à Câmara Municipal de Umuarama.

Do exame da certidão fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral, verifica-se que o Município de Umuarama conta com 48.179 eleitores inscritos, o que lhe dá, na forma da lei, isto é, Art. 107, da Constituição do Estado do Paraná, direito a uma representação municipal de quinze (15) Vereadores.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do Substitutivo Geral que apresentamos anexo, que melhor atende a técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente  
EZEQUIAS LOSSO — Relator

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n.º 33/80

Art. 1.º — A Câmara Municipal de Umuarama passa a contar a partir da próxima Legislatura com quinze (15) Vereadores.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente  
EZEQUIAS LOSSO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 27/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 11/80), que aprova Termo de Renovação ao Convênio n.º 22/77, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Município de Curitiba, que com a interveniência de órgãos que especifica, objetiva a elaboração de projetos e a execução de obras e serviços, constantes do Programa de Investimentos Urbanos da Região Metropolitana. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 28/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 21/80), que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Campo Largo, que com a interveniência de órgãos que especifica, objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 29/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 23/80), que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Rio Branco do Sul, com a participação da COMEC, visa a realização de obras que objetivam o desenvolvimento urbano no referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 30/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 26/80), que aprova o Termo Aditivo e de Re-Ratificação n.º 1, ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e órgãos que especifica, que com a participação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e So-

cial - IPARDES, objetiva a elaboração de estudos e pesquisas que sirvam de subsídios a formulação do Modelo Territorial para o Estado do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 31/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 27/80), que aprova o Termo de Renovação ao Convênio de Auxílio e Cooperação n.º 214/78, celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e o Município de Tapejara, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Francisca Guerchewski, ocorrido no Município de Campo Largo. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso de mais um aniversário de circulação do semanário católico "Voz do Paraná". — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o envio à autoridades federais, estaduais e municipais da cópia do pronunciamento e requerimento aprovado nesta Casa, em data de 27 de junho de 1979, sobre a "Área de livre comércio de produtos brasileiros", em Foz do Iguaçu. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que determine ao órgão competente, as providências visando coibir abusos que vem se verificando quando da realização de "Bailes Públicos", na Sociedade Beneficente e Recreativa Vila Santo Antônio. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Naeli, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, no sentido de que seja incluída a estrada que liga os Municípios de Formosa do Oeste a Nova Aurora, no Plano Estadual de Asfaltamento. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo todo o seu empenho visando a instalação na cidade de Ibiaporã, da 60.ª Inspetoria Regional de Ensino do Estado. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Luiz Alberto de Oliveira e Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando a constituição de Comissão Especial para acompanhar o desenvolvimento dos processos indenizatórios junto as áreas atingidas por construções de hidrelétricas no Estado. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cyro Martins, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Saúde e do Planejamento, referente à fabricação e entrega ao mercado, indiscriminadamente, de produtos similares com a mesma fórmula, objetivando exclusivamente concorrência comercial entre os laboratórios. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao

Sr. Secretário da Segurança Pública, em forma de apelo, no sentido da implantação de um esquema de policiamento junto aos estabelecimentos escolares de Curitiba. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando o envio de ofício ao Sr. Secretário da Segurança Pública, consubstanciado em pedido de informações, com respeito à morte do jovem José Luís Saldanha, atingido por uma rajada de metralhadora no pátio da Base Aérea do Bacacheri. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, renovando apelo para que seja determinada a pavimentação asfáltica do acesso de Tamarana. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Palácios, Gabriel Manoel e Aginaldo Pereira Lima, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, em forma de sugestão, para que se crie uma CIRETRAN em Santo Antônio da Platina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Igreja do Evangelho Quadrangular — Cruzada Nacional de Evangelização, pela passagem do 25.º aniversário de atuação em nosso Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Damos, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, consubstanciado em pedido de informações, junto à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, sobre a prestação de serviços com firmas empreiteiras àquela administração portuária. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao Conselho Deliberativo de Acidentes do DETRAN, pela implantação de novas normas que resultarão na apreensão de carteiras de habilitação dos maus motoristas. — Em discussão.  
O SR. MÁRIO CELSO — (Para discutir). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas quero deixar clara a minha posição, quanto a este requerimento solicitando voto de aplauso ao CDA. Porque entendo que alguns Deputados da oposição, companheiros meus, já mostraram disposição de votar contrariamente. Quero deixar claro, que, não vou ficar magoado, é um direito e naturalmente, cada um deve agir de acordo com a sua consciência.

Entendo que, sem o direito de criticar, nenhum elogio é válido e eu por diversas vezes já critiquei o DETRAN e outros órgãos, e agora, acho que chegou a hora de fazer o elogio, não ao DETRAN do Paraná mas, a um órgão vinculado ao DETRAN, o Conselho Deliberativo de Acidentes. Por diversas vezes, compareci a julgamentos naquele Conselho, acompanhei durante uma semana, todos os dias, o trabalho de seus membros e o valor das suas decisões.

O CDA integrado por 45 elementos, os quais são distribuídos em 10 câmaras, cada uma com 3 a 5 membros, trabalho pela manhã e também no período da tarde graciosamente. São 45 pessoas escolhidas da comunidade, são membros da sociedade, são membros da comunidade e estão exercendo uma função digna realmente de elogio.

É um trabalho sério, comandado pelo Gilberto Meneses

seu atual Presidente e pelo valor de seu trabalho, pela seriedade na condução do mesmo, eu estou solicitando este voto de aplauso.

Entendo também que companheiros da Oposição solicitaram a esta Casa, a criação de uma CPI que apure irregularidades no DETRAN. Quero deixar claro que acredito que estas irregularidades são, principalmente, no que se refere à expedição de carteiras de habilitação.

Não vejo qualquer ligação entre esta CPI e a atividade do Conselho Deliberativo de Acidentes. Por isto, peço mais uma vez a compreensão dos membros deste Parlamento e espero ver aprovada esta proposição, porque é até uma questão de justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em discussão.  
O SR. NESTOR BAPTISTA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, fizemos um pedido nesta Casa para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar irregularidades no DETRAN não só para se desvendar o mistério de mais de setenta mil carteiras frias que foram espalhadas pelo Paraná nos últimos 10 anos, não só para se cobrar e para se ter uma notícia da Taxa Rodoviária Única que não foi recolhida, não só para saber de onde são tiradas as testemunhas de viveiro, que estão freqüentemente comparecendo nos órgãos do DETRAN, nas CIRETRANs e, mais precisamente, no CDA.

Como dizia o nobre Deputado Mário Celso, é um órgão composto por 45 elementos da comunidade e que portanto, estão, através de medidas anunciada há pouco tempo, merecendo o aplauso desta Casa.

Tenho a impressão, Sr. Presidente, que antes de se aplaudir um trabalho que está se iniciando agora, deveríamos cobrar do DETRAN a irresponsabilidade dos diretores que por lá passam e que permitem que inclusive advogados previamente preparados, estejam lá, para ganhar causas de acidentes diante do CDA.

São 45 elementos, sendo que o Presidente é, e não poderia deixar de ser diferente, um homem de confiança do Diretor do DETRAN, e tenho plena convicção de que os demais 44 elementos também são do interesse do Sr. Diretor.

Permita-me, Sr. Presidente, ler um pequeno trecho de uma declaração do Dr. Otávio César Valeixo, quando diz que o Paraná é o Estado onde mais “barbeiros” existem, em relação ao País. “Barbeiros”, se referindo ao motorista inabilitado, inepto, negligente.

Curitiba também se situa como a principal Capital do País e ajuda o Brasil a ser o “Campeão Mundial”, o “Recordista Mundial”, em acidentes de trânsito. Acidentes que são julgados pelos Conselhos Deliberativos de Acidentes.

E são palavras do Juiz da Vara de Acidentes de Trânsito da Capital.

Tenho a impressão, Sr. Presidente, que agir com seriedade num órgão deste, agir com honestidade, não é nenhuma virtude, é uma obrigação. Hoje se estranha quando se diz que um cidadão é corrupto, quando é irresponsável, quando é mau caráter, quando é malandro, não causa espanto algum. Mas quando se diz que um órgão é sério, que um cidadão está trabalhando com honestidade, é merecedor de um voto de aplauso. Quando ser honesto, ser sério, parece-me ser inerente ao ser humano, não tem nada de ser elogiado e nem ser aplaudido.

Peço desculpas ao Deputado que propôs este requerimento, mas tenho impressão que nenhum órgão do DETRAN, até que provem o contrário, merece aplauso desta Casa de Leis.

Se agir, corretamente está fazendo a obrigação. Se agir desonestamente, como vem fazendo, já há muitos anos, merece a nossa crítica, merece o nosso repúdio. Por isso o meu voto contrário à proposição deste requerimento. — (Sem revisão do

orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em discussão.

Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente,

eu não aceito absolutamente as colocações feitas pelo nobre Deputado Nestor Baptista, com relação ao Conselho Deliberativo de Acidentes, e aos seus componentes. Colocação essa totalmente infundada quando diz o nobre Deputado, que os homens que lá estão, estão por confiança do atual Diretor do DETRAN. Isto prova que Sua Excelência desconhece realmente como funciona aquele Conselho. As pessoas que lá estão, na sua grande maioria, são pessoas indicadas por entidades de classe, pela comunidade curitibana. Por quase todos os segmentos da sociedade curitibana. Especialmente o seu Presidente, Gilberto Meneses, que eu conheço pessoalmente e que embora jovem é um cidadão de excepcionais qualidades cívicas. Porque sem remuneração, apenas para servir a coletividade, está ele ali duas ou três, ou quatro vezes por semana, ou diariamente, não sei se agora as sessões são diárias naquele CDA; mas está ali ele e seus companheiros, emprestando a sua colaboração à comunidade. Nós também perfilamos ao lado daqueles que acham que não se devem, que as autoridades quando cumprem o seu dever, estão apenas cumprindo aquilo a que se dispuseram ao aceitar o encargo. Mas o voto de louvor proposto por esta Casa, pelo nobre Deputado Mário Celso, tem um mérito, é de incentivar aquelas pessoas a trabalharem cada vez melhor e verificarem que os representantes do povo do Paraná, nesta Casa, reconhecem a utilidade do seu trabalho. Por isso, Sr. Presidente, eu voto prazerosamente e a nossa bancada vota também prazerosamente, embora não seja questão fechada, evi-

dentemente, mas vota, porque reconhece os inestimáveis serviços prestados por aqueles curitibanos, por aqueles paranaenses à coletividade curitibana e paranaense. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento.

Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão — (Pausa). — Aprovado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — (Pela ordem). Sr. Presidente, requiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa deferir e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa).

18 Srs. Deputados aprovam; 3 Srs. Deputados rejeitam

Não há "quorum" para prosseguimento de sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 29, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 17/80.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 27, 28, 29, 30 e 31/80 e do Projeto de Lei n.º 33/80.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 32, 33, 34 e 35/80.

Fica marcada ainda, uma sessão ordinária para sexta-feira, dia 30, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19 e 20/80.

Levanta-se a sessão.